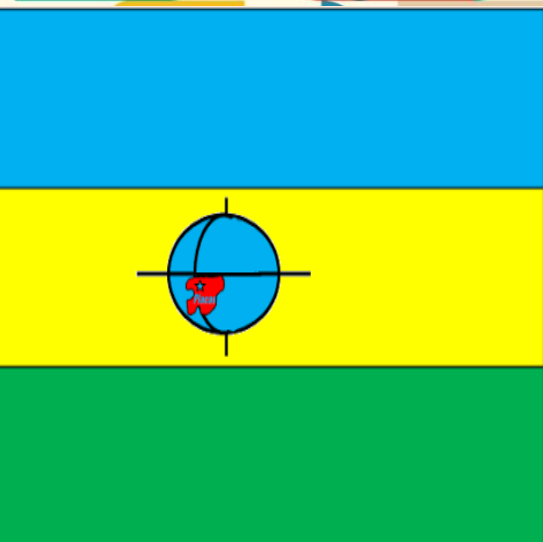




Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas





O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas – PLAMSAN 2026–2029 reafirma o compromisso do Município de Placas com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Construído de forma intersetorial e participativa, o plano reconhece a realidade amazônica do município, seus desafios territoriais, climáticos e socioeconômicos, e orienta ações permanentes para fortalecer a produção local, o acesso à alimentação adequada e a proteção das populações em situação de vulnerabilidade.

Município de Placas – Pará
CAISAN | COMSEA
2026



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PLAMSAN – PLACAS/PA 2026 – 2029

Município de Placas
Estado do Pará

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PLACAS PLAMSAN 2026–2029

Plano que organiza, orienta e integra as ações do Município de Placas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, em conformidade com a Lei Municipal nº 316/2022, a Lei Federal nº 11.346/2006 (LOSAN) e as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Elaboração, Coordenação e Execução:

Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas – CAISAN Municipal: Inessa Tavares Cremasco Possimoser – Presidente da CAISAN; Luiz Henrique Teixeira Pinto – Secretário Executivo; Diomar do Vale Teixeira Silva – Secretária Municipal de Assistência Social; Cleidiane da Silva Mota – Secretária Municipal de Assistência Social; Luis Ricardo da Silva – Secretária Municipal de Atividades Produtivas; Mirian Lesley Santos de Araújo – Secretária Municipal de Educação; Glauca Santos Vieira Alves – Secretária Municipal de Saúde; Jeferson Xavier Schneider – Secretária Municipal de Administração; Marciane Camargo Buffleben Camargo – Secretária Municipal de Administração.

Controle Social:

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA

Luis Ricardo da Silva – Secretária Municipal de Atividades Produtivas; Mirian Lesley Santos de Araújo – Secretária Municipal de Educação; Glauca Santos Vieira Alves – Secretária Municipal de Saúde; Antonia Célia Moura Figueiredo – Secretária Municipal de Assistência Social; Neilson Farias de Lima – SIRPLA (Sindicato dos Produtores Rurais); Rodrigo Vandrê Faleiro – STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais); Cleito Viana de Oliveira – COOPEAGRIPLA (Cooperativa dos Agricultores Familiares); Edilene Conceição da Silva – Associação Comunitária Panorama; João Maria Deodato da Silva – Associação Comunitária São Miguel; Laisa Mendes Barroso – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Francisco de Jesus de Sousa – ICAAS (Instituto Cultural e Ambiental Amazônia Sustentável); Roseli Ramalho da Silva – Representantes dos Produtores do PAA e PNAE.

Suplentes do comsea: Gilmar Freitas da Silva – Secretaria Municipal de Atividades Produtivas; Madson Baia Diniz – Secretaria Municipal de Educação; Valdinete Ribeiro dos Santos – Secretaria Municipal de Saúde; Franciele Melo dos Santos Botelho – Secretaria Municipal de Assistência Social; José Bispo Silva Júnior – SIRPLA (Sindicato dos Produtores Rurais); Jéssica de Souza Oliveira – STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais); Aleomir Pereira Soares – COOPEAGRIPLA (Cooperativa dos Agricultores Familiares); Marinez Cardoso Lacerda – Associação Comunitária Panorama; Anderson de Lima – Associação Comunitária São Miguel; Elisama de Jesus Freitas Souza – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Francisca da Glória Silva – ICAAS (Instituto Cultural e Ambiental Amazônia Sustentável); Ivan Arruda de Oliveira – Representantes dos Produtores do PAA e PNAE.

Autores: CAISAN

Luiz Henrique Teixeira Pinto
Secretário Executivo da CAISAN Municipal de Placas

Presidência da CAISAN Municipal:

Inessa Tavares Cremasco Possimoser
Secretária Municipal de Assistência Social

Vigência:

2026 – 2029

Local e Data:

Placas – Pará – Brasil
2026

FICHA TÉCNICA

Título do Documento:

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas – PLAMSAN 2026–2029

Município:

Placas – Estado do Pará

Órgão Responsável pela Elaboração, Coordenação e Execução:

Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas – CAISAN
Municipal

Instâncias de Governança e Controle Social:

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas – COMSEA

Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN Placas

Autoria Técnica:

Luiz Henrique Teixeira Pinto

Secretário Executivo da CAISAN Municipal de Placas

Revisão Técnica e Colaboração Intersecretorial:

Mirian Lesley Santos de Araújo – Nutricionista – Secretaria Municipal de Educação

Madson Baia Diniz – Nutricionista – Secretaria Municipal de Agricultura

Luís Ricardo da Silva – Técnico Agrícola – Secretaria Municipal de Atividades Produtivas

Gilmar Freitas da Silva – Secretário Municipal de Atividades Produtivas

Glaúscia dos Santos Vieira – Secretaria Municipal de Saúde

Valdinete Ribeiro dos Santos – Secretaria Municipal de Saúde

Coordenação Política e Institucional:

Inessa Tavares Cremasco Possimoser

Presidente da CAISAN Municipal

Secretária Municipal de Assistência Social de Placas

Vice-Presidência da CAISAN Municipal:

Diomar do Vale Teixeira Silva

Secretarias Municipais Parceiras:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Infraestrutura
Secretaria Municipal de Atividades Produtivas

Base Legal:

Lei Municipal nº 316/2022 – Institui o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Lei Federal nº 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)

Período de Vigência do Plano:

2026 a 2029

Abrangência Territorial:

Município de Placas – PA (área urbana, rural, comunidades tradicionais e povos indígenas)

Eixos Estruturantes:

Produção e Abastecimento de Alimentos

Acesso à Alimentação Adequada e Saudável

Inclusão Social e Proteção às Famílias Vulneráveis

Fortalecimento Institucional e Governança do SISAN

Temas Transversais: Mudanças Climáticas, Planejamento Resiliente, Redução de Perdas, Educação Alimentar e Proteção de Povos Tradicionais

Ano de Elaboração:

2026

Local de Elaboração:

Placas – Pará – Brasil

APRESENTAÇÃO / INTRODUÇÃO INSTITUCIONAL

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas (PLAMSAN 2026–2029) constitui o principal instrumento de planejamento e organização das políticas públicas voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada no município. Sua elaboração nasce da compreensão de que a fome e a insegurança alimentar não são fenômenos isolados ou circunstanciais, mas expressões de desigualdades históricas, limitações estruturais e desafios territoriais que precisam ser enfrentados de forma contínua, planejada e integrada.

Placas é um município amazônico de perfil rural remoto, marcado por longas distâncias, população dispersa, dependência de estradas vicinais e forte influência das dinâmicas climáticas sobre a produção e o abastecimento. Ao mesmo tempo, o território possui expressiva capacidade produtiva, sustentada principalmente pela agricultura familiar, pela diversidade de alimentos e por uma cultura alimentar profundamente enraizada na realidade amazônica. Essa combinação revela um paradoxo central: um município que produz alimentos, mas onde parte da população ainda enfrenta dificuldades de acesso regular, diversidade nutricional e custo elevado para consumir o que é produzido localmente.

Diante desse cenário, o município reconhece que a segurança alimentar e nutricional não pode ser tratada apenas por meio de ações emergenciais ou isoladas. Ela exige políticas estruturantes que articulem produção, abastecimento, renda, educação alimentar, saúde, saneamento básico e proteção social, considerando as especificidades do território e as vulnerabilidades reais vivenciadas pelas famílias. O PLAMSAN surge, portanto, como uma resposta concreta à necessidade de transformar ações dispersas em uma política pública integrada, com metas, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento definidos.

A construção deste plano está amparada na Lei Municipal nº 316/2022, que instituiu o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, criou o Conselho

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e estabeleceu a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal). Esse marco legal representa um avanço institucional relevante, pois consolida a segurança alimentar como política de Estado no âmbito municipal, assegurando a participação social, a articulação entre secretarias e a continuidade das ações para além de mandatos específicos.

O PLAMSAN foi elaborado a partir da análise de dados oficiais, diagnósticos territoriais e do diálogo entre as secretarias municipais e os espaços de controle social. Parte do entendimento de que alimentação adequada envolve não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também o acesso físico e econômico, a qualidade nutricional, o respeito à cultura alimentar, as condições sanitárias, a renda das famílias e a capacidade do poder público de responder às desigualdades e às crises, inclusive climáticas.

Ao orientar a ação governamental para o período de 2026 a 2029, este plano expressa uma escolha política do município de Placas: colocar a segurança alimentar e nutricional no centro do planejamento público, como base para a saúde, o desenvolvimento local, a dignidade das famílias e o futuro do território. Trata-se de um compromisso com as crianças, os trabalhadores, os idosos, os agricultores familiares e todas as pessoas que constroem diariamente a vida no município, reafirmando que garantir comida de verdade na mesa é garantir direitos, cidadania e justiça social.

Sumário

APRESENTAÇÃO / INTRODUÇÃO INSTITUCIONAL	7
LISTA DE SIGLAS	11
PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PLACAS – PARÁ (2026-2029)	13
1. Apresentação e Marco Legal e Institucional,	13
1.1. Princípios e Diretrizes Norteadores	16
2. Caracterização Histórica, Geográfica e Territorial	18
3. Diagnóstico Demográfico e Socioeconômico	24
3.1. Dinâmica Populacional e Êxodo	24
3.2. Indicadores Econômicos e Distribuição de Renda	26
4. Diagnóstico da Agricultura Familiar e Produção de Alimentos	28
4.1. Cadeias Produtivas Estratégicas	28
4.2. Agricultura Familiar e Organização Social	28
4.3. Infraestrutura de Abastecimento e Comercialização	30
4.4 Preços dos Alimentos e Barreiras Econômicas ao Consumo Saudável	32
4.4.4 Quadro de Responsabilidades por Secretaria	36
5. Diagnóstico do Consumo, Saúde e Vigilância Nutricional	38
5.1 Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)	38
5.2 Contexto Sociocultural e Padrões Alimentares da População	40
5.3 Desafios Nutricionais Identificados	41
6. Saneamento Básico e Acesso à Água Potável: um Gargalo Estrutural da Segurança Alimentar	42
6.1. Contaminação do Solo, Lençol Freático e Risco Sanitário	42
6.2. Reconhecimento Institucional e Responsabilidade do Município	43
6.3 Metas, Ações e Prazos para o Saneamento e Segurança Alimentar	44
6.4 Responsabilidades Institucionais	45
7. Política de Educação e Alimentação Escolar (PNAE)	46
7.1. Gestão da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e infraestrutura	47
7.2 Cultura Alimentar Amazônica, Diversidade e Inclusão no PNAE	48
8. Assistência Social e Rede de Proteção	49
9. Estrutura de Governança e Controle Social da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	51
9.1 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)	52

9.2 Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal).....	53
9.3 Consolidação da Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	53
10. Eixos Estratégicos e Plano de Ação (2026-2029)	54
10.1. Temas Transversais 2026–2029	55
EIXO 1 – Fortalecimento da Produção de Alimentos, Abastecimento e Geração de Renda	58
Eixo 2: Acesso à Alimentação Adequada e Saudável (Educação e Saúde)	59
Eixo 3: Inclusão Social e Proteção às Famílias Vulneráveis	60
Eixo 4: Fortalecimento Institucional do SISAN e Governança	61
11. Orçamento e Financiamento	62
12. Monitoramento e Avaliação	64
12.1. Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Resultados	64
12.2. Processo de Acompanhamento e Controle Social	65
12.3. Ciclo de Revisão e Ajuste do Plano.....	66
GLOSSÁRIO	66

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BR-230 – Rodovia Transamazônica

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CAISAN – Câmara Intersecretorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

COP-30 – 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNS – Fundo Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos



PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista

PBF – Programa Bolsa Família

PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPA – Plano Plurianual

SAFs – Sistemas Agroflorestais

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMAP – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

TI – Terra Indígena

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PLACAS – PARÁ (2026-2029)

1. Apresentação e Marco Legal e Institucional,

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Placas, no Estado do Pará, nasce de uma necessidade concreta e urgente: **organizar, fortalecer e dar continuidade às ações públicas que garantem o direito humano à alimentação adequada para toda a população**. Este plano não se limita ao cumprimento de uma exigência legal ou administrativa. Ele expressa uma escolha política e institucional do município, que reconhece a alimentação como base da vida, da saúde, do desenvolvimento das crianças, da capacidade produtiva dos adultos, do envelhecimento digno e da convivência comunitária.

A fome não se resume à ausência de alimentos no prato. Ela se manifesta na falta de renda, de oportunidades, de acesso a políticas públicas, de infraestrutura básica e de condições dignas de vida. Em Placas, como em tantos municípios amazônicos, a insegurança alimentar está diretamente associada às desigualdades sociais, às dificuldades territoriais, às limitações de acesso e à vulnerabilidade econômica de parte significativa das famílias. É a partir dessa compreensão que o PLAMSAN foi construído, assumindo que **combater a insegurança alimentar é, necessariamente, enfrentar as desigualdades que atravessam o cotidiano da população plaquense**.

A elaboração deste plano ocorre em um momento institucional relevante para o município. A aprovação da **Lei Municipal nº 316/2022** representou um avanço decisivo ao estruturar a política local de segurança alimentar e nutricional e garantir a inserção formal de Placas no **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. Essa lei instituiu o **Conselho Municipal de Segurança**

Alimentar e Nutricional (COMSEA) e definiu responsabilidades claras para o poder público municipal, fortalecendo os mecanismos de planejamento, acompanhamento e controle social das ações.

Esse marco legal alinha o município às diretrizes da **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei Federal nº 11.346/2006)**, reafirmando o compromisso de Placas com a promoção do direito humano à alimentação adequada, a participação da sociedade civil e a articulação intersetorial das políticas públicas. Mais do que criar estruturas formais, o marco institucional consolida a compreensão de que a segurança alimentar deve ser tratada como política de Estado, com planejamento contínuo, metas claras e avaliação permanente.

O PLAMSAN parte de uma leitura atenta da realidade local. Placas é um município amazônico cortado pela rodovia Transamazônica (BR-230), marcado por grandes distâncias, dificuldades logísticas e desafios históricos de acesso a serviços públicos. As particularidades do território, como a sazonalidade climática, a precariedade de parte das estradas vicinais e a dispersão da população rural, impactam diretamente o abastecimento, o acesso aos alimentos e a execução das políticas sociais. Esses fatores se somam à redução populacional apontada pelo Censo Demográfico de 2022, que evidencia processos de migração, perda de força produtiva e envelhecimento da população, exigindo respostas planejadas e adaptadas à realidade local.

Ao mesmo tempo, Placas possui **expressivo potencial produtivo**, sustentado principalmente pela agricultura familiar. A produção de cacau e mandioca, que coloca o município em destaque regional, é acompanhada por uma diversidade de alimentos que compõem a base da economia local e da cultura alimentar amazônica. Agricultores e agricultoras familiares desempenham papel fundamental na garantia da oferta de alimentos frescos, diversificados e culturalmente adequados. Este plano reconhece esse protagonismo e busca fortalecer a integração entre produção local e políticas públicas, especialmente por meio de instrumentos como o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** e o **Programa Nacional de Alimentação Escolar**

(PNAE), promovendo um ciclo virtuoso entre produção, consumo saudável e desenvolvimento econômico.

A segurança alimentar e nutricional, no entanto, vai além da produção e do acesso físico aos alimentos. Ela envolve educação alimentar e nutricional, condições adequadas de armazenamento e transporte, vigilância sanitária, infraestrutura das cozinhas escolares e comunitárias, geração de renda, acesso à água potável e saneamento básico. Por essa razão, o PLAMSAN foi estruturado de forma **integrada e intersetorial**, articulando ações das áreas de saúde, educação, assistência social, agricultura, infraestrutura e meio ambiente, com responsabilidades definidas e metas complementares.

Outro eixo central do plano é a atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social. Em Placas, uma parcela significativa da população depende das políticas públicas para garantir o mínimo essencial. A insegurança alimentar se manifesta no acesso restrito a alimentos, na baixa diversidade nutricional, no aumento do custo de vida, na instabilidade de renda e, em muitos casos, no isolamento geográfico. O PLAMSAN propõe estratégias de curto, médio e longo prazo para enfrentar essas situações, articulando transferência de renda, benefícios eventuais, abastecimento alimentar, apoio à produção rural, ações de saúde preventiva e fortalecimento comunitário.

Acima de tudo, este plano representa uma decisão política do município de Placas: **assumir o combate à fome e a promoção da alimentação adequada como prioridades permanentes de governo**. Trata-se de um compromisso com o presente e com o futuro, com as crianças que precisam aprender bem alimentadas, com os trabalhadores que necessitam de condições dignas para sustentar suas famílias, com os idosos que merecem envelhecer com saúde e dignidade, e com as comunidades rurais e tradicionais que mantêm viva a riqueza produtiva e cultural do território.

O PLAMSAN organiza esforços, orienta a gestão pública e fortalece a participação social para que a segurança alimentar e nutricional deixe de ser apenas um desafio histórico e se transforme em uma **realidade concreta para toda a população**

de Placas.

1.1. Princípios e Diretrizes Norteadoras

A execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas é orientada por princípios que, mais do que fundamentos legais, expressam decisões políticas e práticas do município diante de sua realidade territorial, social e econômica. Esses princípios, previstos no artigo 1º da Lei Municipal nº 316/2022 e no Decreto Federal nº 7.272/2010, orientam não apenas o conteúdo deste plano, mas a forma como o poder público municipal organiza suas ações, define prioridades e aloca recursos.

Em um município amazônico de grande extensão territorial, com predominância rural, dificuldades logísticas, sazonalidade climática e desigualdades sociais marcantes, a aplicação desses princípios exige soluções adaptadas à realidade local, evitando respostas genéricas ou desconectadas do território.

Universalidade e Equidade

Em Placas, garantir o direito humano à alimentação adequada significa assegurar que **todas as pessoas tenham acesso regular a alimentos**, sem discriminação. Ao mesmo tempo, o município reconhece que a insegurança alimentar não atinge a população de forma homogênea. Famílias residentes em agrovilas distantes, comunidades rurais isoladas, domicílios chefiados por mulheres, idosos em situação de vulnerabilidade e famílias com crianças pequenas enfrentam riscos mais elevados.

A aplicação do princípio da equidade orienta a priorização dessas situações. O **Cadastro Único**, articulado com a atuação do **CRAS**, da **Atenção Básica em Saúde** e do **SISVAN**, permite ao município identificar territórios e grupos mais vulneráveis e direcionar ações como benefícios eventuais, acompanhamento nutricional,

busca ativa e inclusão em programas de transferência de renda. Em Placas, equidade significa **chegar primeiro onde o acesso é mais difícil e a fome se manifesta com maior intensidade.**

Soberania Alimentar

A soberania alimentar, no contexto de Placas, traduz-se na valorização da **produção local como estratégia central de enfrentamento da insegurança alimentar.** O município possui expressiva produção de cacau, mandioca, açaí, frutas, pescados, leite e derivados, mas enfrenta o desafio de converter essa riqueza produtiva em acesso efetivo a alimentos saudáveis para sua própria população.

A aplicação desse princípio orienta ações que fortalecem a agricultura familiar, estimulam circuitos curtos de comercialização, priorizam produtores locais nas compras públicas e buscam reduzir a dependência de alimentos ultraprocessados provenientes de outros municípios. Programas como o **PNAE** e o **PAA**, o fortalecimento do mercado municipal e das feiras livres e a redução de intermediários são instrumentos concretos de soberania alimentar em Placas, especialmente diante dos altos preços praticados no mercado local e da evasão da produção para centros maiores, como Santarém e Altamira.

Intersetorialidade

Em Placas, a segurança alimentar e nutricional se materializa na articulação entre políticas públicas que atuam sobre diferentes dimensões do problema. A produção agrícola, o abastecimento, o consumo, a saúde, o saneamento, a renda e a educação estão profundamente interligados no território.

A intersetorialidade orienta a integração entre **agricultura, assistência social, saúde, educação, infraestrutura e saneamento**, evitando ações fragmentadas. Exemplos dessa articulação incluem a integração entre **PNAE e agricultura familiar**, o uso dos dados do **SISVAN** para orientar ações da assistência

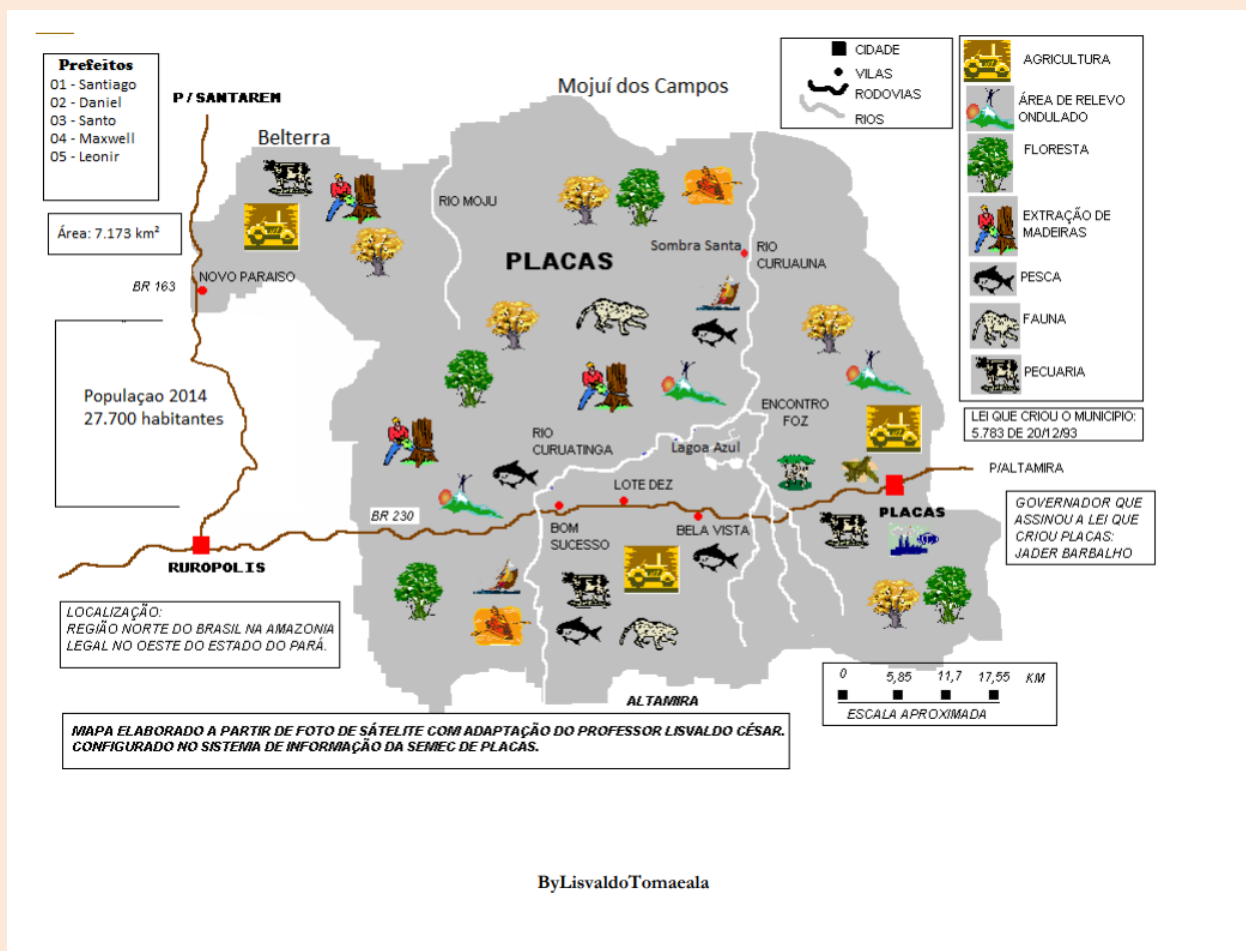
social, o reconhecimento do saneamento básico como condição para a segurança alimentar e a atuação conjunta das secretarias em situações de emergência climática. Em um município com limitações logísticas e grandes distâncias, trabalhar de forma integrada não é opção, mas **condição para que as políticas alcancem resultados concretos**.

Participação Social

A participação social, em Placas, é instrumento essencial para garantir que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional esteja conectado à realidade vivida pela população. O **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)** exerce papel ativo no acompanhamento, no monitoramento e na avaliação das ações do plano, contribuindo para a transparência e o controle social.

A presença de agricultores familiares, representantes de comunidades rurais, entidades socioassistenciais e lideranças locais permite identificar problemas que nem sempre aparecem nos indicadores formais, como dificuldades de acesso em determinadas vicinias, falhas na distribuição de alimentos ou impactos de eventos climáticos sobre a produção e o abastecimento. Em Placas, a participação social fortalece a legitimidade das decisões públicas e contribui para que o plano seja um instrumento vivo, ajustado continuamente às necessidades do território.

2. Caracterização Histórica, Geográfica e Territorial



A história de Placas está diretamente ligada ao processo de **ocupação planejada da Amazônia** ocorrido a partir da década de 1970, com a abertura da **Rodovia Transamazônica (BR-230)**, no âmbito do **Programa de Integração Nacional (PIN)**. A implantação da rodovia provocou um intenso fluxo migratório, atraindo milhares de famílias de diferentes regiões do país, especialmente do Nordeste e do Sul, que se deslocaram em busca de terra, trabalho e novas oportunidades de vida. Esse movimento deu origem a um território profundamente marcado pela diversidade social, cultural e produtiva.

O nome "Placas" surgiu de maneira espontânea, em referência à grande quantidade de sinalizações instaladas pelo **Instituto Nacional de Colonização**

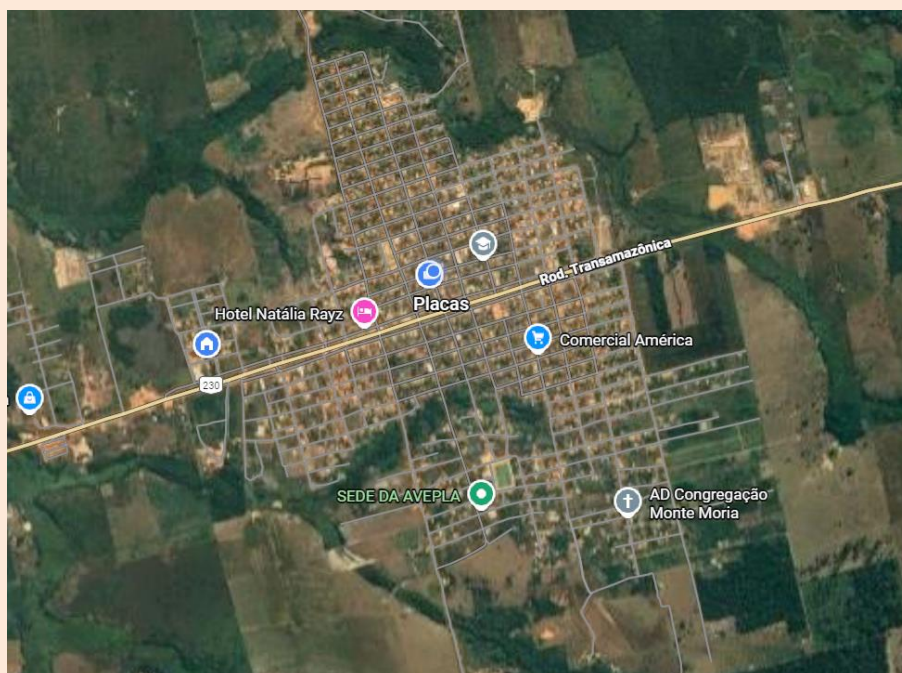
e **Reforma Agrária (INCRA)** e pelo antigo **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)** no trecho que dividia as frentes de trabalho entre Altamira e Itaituba. Inicialmente, a localidade funcionava como ponto de apoio para viajantes, trabalhadores da rodovia e colonos recém-chegados, concentrando pequenos comércios, estruturas improvisadas de abastecimento e serviços básicos.

Com o crescimento gradual da população e a ampliação das áreas de colonização agrícola, o distrito passou a desempenhar papel regional relevante e ganhou importância administrativa. Originalmente pertencente ao município de Santarém, Placas foi emancipado pela **Lei Estadual nº 5.783, de 1993**, com instalação oficial em 1997. Essa emancipação recente explica, em grande medida, a configuração territorial atual do município, fortemente influenciada pelo modelo federal de colonização, caracterizado por **grandes glebas**, lotes agrícolas distribuídos ao longo da rodovia principal e uma extensa malha de **estradas vicinais** que avançam para o interior da floresta.

Essa forma de ocupação do território influencia diretamente as condições de segurança alimentar e nutricional. As distâncias entre comunidades são longas, a população está amplamente dispersa em áreas rurais e o custo de transporte é elevado. A dependência das estradas vicinais faz com que, durante parte significativa do ano, especialmente no período chuvoso, comunidades inteiras enfrentem dificuldades de acesso ou isolamento temporário. Nessas condições, o abastecimento de alimentos, a circulação de mercadorias e o fornecimento institucional, como a merenda escolar e a distribuição de alimentos pela assistência social, exigem **planejamento logístico permanente e soluções adaptadas à realidade amazônica**.

2.2 Aspectos Geográficos e Tipologia Rural

Placas possui uma vasta área territorial de **7.173,200 km²**, estando localizada na **Mesorregião do Baixo Amazonas**. Apesar dessa classificação regional, sua dinâmica econômica, social e logística está fortemente vinculada ao **eixo da Transamazônica** e à região do Xingu, o que influencia os fluxos de produção, comercialização e acesso a serviços.



Uma caracterização técnica essencial para o planejamento das políticas públicas é a definição do grau de ruralidade do município. De acordo com estudos de tipologia rural utilizados pelo **IBGE** e por órgãos de desenvolvimento, Placas é classificado como **município rural remoto**. Essa classificação não possui apenas caráter descritivo; ela indica que a maior parte da população vive sob dinâmicas predominantemente rurais, com **baixo acesso a serviços urbanos densos**, grande distância dos principais centros regionais e forte dependência da infraestrutura viária local.

Para a segurança alimentar e nutricional, essa condição implica

desafios específicos. As soluções de abastecimento não podem depender exclusivamente de **cadeias longas de comercialização**, típicas de grandes centros urbanos. Ao contrário, torna-se indispensável o fortalecimento de **sistemas locais de produção, comercialização e consumo**, baseados em circuitos curtos, agricultura familiar, mercados e feiras locais, além de políticas públicas de compras institucionais. Esses mecanismos aumentam a **resiliência alimentar do município**, especialmente diante de interrupções logísticas, eventos climáticos extremos e períodos de isolamento territorial.

2.3. Clima e Sazonalidade da Produção

O clima de Placas é tipicamente equatorial quente e úmido, classificado como Am pela metodologia de Köppen. As temperaturas permanecem elevadas ao longo de todo o ano e a umidade relativa do ar se mantém alta, criando um ambiente próprio da floresta amazônica. As chuvas seguem um ciclo bem definido e influenciam profundamente a rotina das famílias, a produção agrícola e a circulação de bens e serviços. Costuma-se dividir o ano em dois grandes períodos: o chamado Inverno Amazônico, que ocorre de dezembro a maio e concentra a maior parte das precipitações, e o Verão Amazônico, entre junho e novembro, quando as chuvas diminuem e o solo seca com maior facilidade.

Essa dinâmica climática não é apenas um dado ambiental, mas um



fator



estruturante na organização da segurança alimentar do município. No período das chuvas, a intensa precipitação torna comuns os alagamentos, a abertura de atoleiros e a interrupção total de vias rurais. As estradas vicinais, que são o principal elo entre as agrovilas e a sede municipal, se transformam em pontos críticos de isolamento. Muitas comunidades ficam dias sem conseguir transportar seus produtos ou receber insumos essenciais. Isso compromete duas frentes fundamentais: o escoamento da produção agrícola e o abastecimento de alimentos para famílias e equipamentos públicos, como escolas e unidades de saúde.

Nas escolas rurais, a dificuldade logística chega a afetar o fornecimento regular da merenda, que depende de rotas terrestres para receber itens frescos e perecíveis. Agricultores familiares também enfrentam perdas de safra por impossibilidade de transporte, fazendo com que alimentos deixem de chegar aos mercados locais justamente no período em que muitas famílias mais precisam.

Diante dessa realidade, o Plano Municipal precisa incorporar estratégias preventivas e mecanismos de resposta rápida. Entre elas, destacam-se a criação de estoques de alimentos em pontos estratégicos do território, principalmente nas agrovilas mais distantes, e a manutenção programada das estradas vicinais antes e durante o período chuvoso. Outra medida importante é a articulação entre agricultura, assistência social, educação e infraestrutura para que o abastecimento não dependa de decisões isoladas, mas de uma logística integrada, capaz de funcionar mesmo em condições adversas.

O enfrentamento desses desafios climáticos exige planejamento contínuo, previsibilidade e uma atuação territorializada do poder público. A resiliência alimentar de Placas depende, em grande parte, da capacidade de antecipar os efeitos do regime de chuvas e garantir que, independentemente da estação, os alimentos cheguem às mesas das famílias e aos equipamentos públicos do município.

3. Diagnóstico Demográfico e Socioeconômico

Compreender a realidade demográfica e socioeconômica de Placas é essencial para planejar políticas públicas eficazes. O comportamento da população, a distribuição territorial, as mudanças nos indicadores sociais e a dinâmica econômica revelam condições que influenciam diretamente o acesso à alimentação, a oferta de serviços e a capacidade produtiva do município.

3.1. Dinâmica Populacional e Êxodo

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, Placas possui 18.668 habitantes. O número representa uma redução significativa em relação ao Censo de 2010, quando a população era de 23.934 pessoas. A queda total é de 22 por cento, configurando um dos recuos mais expressivos da região.

Indicador	Censo 2010	Censo 2022	Variação
Demográfico			
População Total	23.934	18.668	-22,0%
Densidade Demográfica	3,33 hab/km ²	2,60 hab/km ²	-21,9%
Média de Moradores por Domicílio	n/d	3,17	-

A retração populacional evidencia um processo contínuo de **migração**, sobretudo de jovens e adultos em idade economicamente ativa, que buscam em centros urbanos maiores, como **Santarém, Altamira e Itaituba**, oportunidades de emprego, acesso à educação, serviços de saúde especializados e melhores condições de vida. Esse movimento altera profundamente a estrutura social e produtiva do município.

No meio rural, o impacto é ainda mais sensível. O esvaziamento das comunidades resulta em **envelhecimento da população agrícola**, redução da mão de obra disponível e enfraquecimento da transmissão intergeracional de conhecimentos produtivos. Para a segurança alimentar, esse processo é especialmente preocupante, pois a agricultura familiar depende diretamente da presença contínua da família no território. A saída dos jovens tende a provocar diminuição da produção de alimentos, abandono de áreas cultiváveis ou substituição por atividades menos diversificadas, como a pecuária extensiva, o que reduz a oferta local de alimentos frescos.

No médio e longo prazo, essa dinâmica pode aumentar a dependência do município em relação a alimentos provenientes de outros territórios, elevar os custos do abastecimento e fragilizar a soberania alimentar local, sobretudo em períodos de isolamento logístico ou eventos climáticos adversos.

Outro aspecto relevante é a **baixa densidade demográfica**, atualmente de apenas **2,60 habitantes por quilômetro quadrado**. Essa característica impõe desafios significativos à gestão pública, pois amplia os custos operacionais de políticas como assistência técnica rural, fiscalização sanitária, busca ativa da assistência social, logística de distribuição de alimentos e atendimento às comunidades dispersas. Quanto maior a distância entre os domicílios, mais complexa e onerosa se torna a garantia do acesso às políticas públicas e aos serviços essenciais.

Além disso, o perfil socioeconômico da população que permanece no município revela maior dependência das políticas sociais, menor mobilidade econômica e maior vulnerabilidade. Esse cenário reforça a importância de fortalecer programas estruturantes como o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** e as ações da **Rede de Proteção Social**, como instrumentos centrais para mitigar os efeitos da migração e garantir segurança alimentar às famílias que permanecem no território.

3.2. Indicadores Econômicos e Distribuição de Renda

A economia de Placas é fortemente sustentada pelo **setor primário**, com destaque para a agricultura e a pecuária. No entanto, a riqueza gerada por essas atividades não se distribui de forma proporcional entre a população. O município apresenta uma estrutura econômica marcada pela **concentração de renda**, com poucos produtores detendo maior capacidade econômica, enquanto a maioria das famílias vive com baixos rendimentos e acesso restrito a bens essenciais, incluindo alimentos de qualidade.

O **Produto Interno Bruto (PIB) per capita**, registrado em **R\$ 26.323,21 em 2023**, pode sugerir, à primeira vista, um desempenho econômico razoável para um município de pequeno porte. Contudo, esse indicador não reflete a realidade vivida pela maior parte da população. O valor é fortemente influenciado por empreendimento agropecuários de médio e grande porte e por lavouras de cacau em escala ampliada, atividades que movimentam capital, mas geram **baixo impacto distributivo** e limitada absorção de mão de obra local.

Um indicador mais fiel à condição econômica das famílias é a **renda domiciliar per capita**, que em 2023 foi de apenas **R\$ 793,04**. Esse valor, significativamente inferior ao salário mínimo vigente, evidencia a **baixa capacidade de compra** da população e a dificuldade de acesso regular a alimentos adequados e diversificados. Como consequência, muitas famílias recorrem a alimentos de baixo custo

e alto teor energético, frequentemente ultraprocessados, o que agrava quadros de insegurança alimentar moderada, anemia e obesidade associada à pobreza.

Esse cenário reforça o papel estratégico de políticas públicas como o **PAA** e o **PNAE**, que contribuem para garantir o acesso a alimentos frescos, reduzir a vulnerabilidade nutricional e estimular a produção local, ao mesmo tempo em que aliviam o orçamento das famílias.

Outro indicador relevante é o **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**, que permanece em **0,552**, classificado como baixo. Esse resultado revela limitações estruturais persistentes nas áreas de educação, renda e longevidade, demonstrando que os desafios enfrentados pelo município não se resolvem por meio de ações isoladas ou pontuais. Exigem políticas públicas integradas, de médio e longo prazo, articuladas ao **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)** e às demais políticas sociais.

O conjunto desses indicadores evidencia que a insegurança alimentar em Placas não decorre apenas da oferta de alimentos, mas de **fatores socioeconômicos estruturais**, como baixa renda, concentração econômica, dificuldades de acesso a serviços públicos e dispersão territorial. Enfrentar esse cenário requer uma abordagem integrada, que articule

Cultura	Status em Placas	Importância Estratégica para SAN
Cacau	4º Maior Produtor do Pará (2023). Produção de 12.788 toneladas.	Principal fonte de renda das famílias agricultoras. O cacau financia a compra de outros alimentos e bens. Iniciativas de agroindústria local, como o chocolate artesanal, mostram potencial de agregação de valor.
Mandioca	Produção massiva e tradicional.	Base da segurança alimentar calórica (farinha). Culturalmente essencial e onipresente na dieta local. Produto

		fundamental para a merenda escolar.
Açaí	Produção em expansão, seguindo a tendência estadual onde o Pará lidera com 93% da produção nacional.	Fonte crítica de ferro e energia. Alto potencial de venda para o PNAE (polpa).
Pecuária	Rebanho bovino expressivo.	Fonte de proteína, mas compete por terra com a agricultura alimentar e pressiona o desmatamento.

produção, abastecimento, assistência social, saúde e educação alimentar e nutricional, conforme proposto neste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

4. Diagnóstico da Agricultura Familiar e Produção de Alimentos

Placas possui uma vocação agrícola inegável e vigorosa. O município é uma potência regional na produção de cacau e mandioca, mas enfrenta o desafio clássico de converter essa produção econômica em segurança alimentar efetiva para sua própria população.

4.1. Cadeias Produtivas Estratégicas

A análise da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE e dados da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) revela as bases produtivas locais:

4.2. Agricultura Familiar e Organização Social

A agricultura familiar é, sem dúvida, **a principal força econômica e alimentar de Placas** e constitui a base da vida comunitária em praticamente todo o território. É ela que abastece mesas, movimenta feiras, sustenta famílias e molda a

identidade produtiva do município. A organização social dos agricultores avança gradualmente por meio de associações e grupos produtivos que, mesmo enfrentando dificuldades estruturais, mostram grande capacidade de adaptação e inovação.

Placas consolidou-se como um dos **maiores produtores de cacau do Pará e do Brasil**, ocupando posição de destaque na região amazônica. A produtividade crescente e a qualidade do cacau local abriram caminhos para uma diversificação importante: além da venda da amêndoa, já existe produção de chocolates artesanais de prestígio, como no caso da marca **“Pérola da Amazônia”**, que tem levado o nome do município a feiras e festivais nacionais. Cada avanço nessa área significa **retenção de valor**, geração de emprego e possibilidade real de transformar o município em referência de cacau de origem controlada.

A produção de **leite, queijos e doces** também tem papel expressivo na economia familiar. Pequenos produtores abastecem tanto a zona urbana quanto comunidades vizinhas. Mesmo de forma ainda artesanal, a produção de derivados lácteos demonstra grande potencial de crescimento, especialmente se houver investimentos em capacitação, inspeção sanitária local, aquisição de equipamentos e formalização do comércio. Esse segmento é crucial para ampliar a oferta de proteína animal e complementar a renda das famílias, que encontram nos queijos, manteigas e doces caseiros uma fonte estável de comercialização.

Outro conjunto produtivo relevante está nas frutas regionais. O **açaí**, cuja produção cresce ano após ano, tem encontrado espaço tanto para consumo interno quanto para venda ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sua importância nutricional, especialmente pelo alto teor energético e rico em ferro, torna o produto estratégico para a segurança alimentar. Além dele, cultivos como **banana, abacaxi e outras frutas tropicais** são amplamente presentes nos lotes familiares e contribuem com variedade alimentar, geração de renda e oferta contínua de alimentos frescos.

É importante destacar também os **Sistemas Agroflorestais (SAFs)**,

onde cacau, banana e outras espécies convivem em harmonia com árvores nativas. Esses sistemas preservam o solo, mantêm microclimas adequados e favorecem a biodiversidade, tornando a produção menos vulnerável às mudanças climáticas. Em Placas, o uso de SAFs não é exceção, mas parte da cultura produtiva, resultado do conhecimento acumulado de agricultores que aprenderam a conciliar floresta e cultivo.

Toda essa diversidade mostra que Placas não depende de uma única cultura para sustentar sua economia. O município possui condições reais de construir um modelo sólido de **produção diversificada, sustentável e voltada ao abastecimento interno**, com impacto direto na segurança alimentar das famílias. O fortalecimento da agricultura familiar, aliado ao estímulo à agroindustrialização, pode transformar essas potencialidades em desenvolvimento duradouro, renda digna e alimentos de qualidade acessíveis a toda a população.

4.3. Infraestrutura de Abastecimento e Comercialização

O A infraestrutura de abastecimento em Placas é composta por um conjunto de espaços formais e informais que sustentam a circulação de alimentos no município. Apesar de sua importância econômica e social, esse sistema ainda enfrenta limitações estruturais que afetam diretamente a segurança alimentar da população e a renda das famílias agricultoras.

O **Mercado Municipal Daniel Capitani** é o principal ponto fixo de comercialização da cidade. Ele concentra produtores rurais, pequenos comerciantes, pescadores e consumidores em um fluxo diário de compra e venda. Esse espaço cumpre papel estratégico na oferta de alimentos frescos, como hortaliças, frutas regionais, pescados, farinha e derivados do leite. No entanto, sua infraestrutura atual ainda não acompanha o volume e a diversidade da produção local. Melhorias estruturais como ventilação adequada, ampliação da área de bancadas, pontos de energia para refrigeração

e melhores condições sanitárias são essenciais para garantir qualidade, segurança e redução de perdas pós-colheita.

Além do mercado municipal, a cidade conta com **feiras livres promovidas pelos sindicatos rurais, pela prefeitura e pelos próprios agricultores**, que funcionam como importantes catalisadores da economia local. Nessas feiras, há maior proximidade entre quem produz e quem consome, o que reduz intermediários e fortalece as chamadas cadeias curtas de abastecimento. O modelo é extremamente eficiente para ampliar a oferta de alimentos frescos e para gerar renda imediata às famílias. Contudo, muitos desses espaços funcionam sem cobertura, sem bancadas padronizadas e sem estrutura sanitária adequada, o que compromete tanto a qualidade dos alimentos quanto a saúde pública. A criação de uma **Feira do Produtor estruturada e permanente**, com boa iluminação, bancadas laváveis e áreas delimitadas para produtos perecíveis, representaria um avanço significativo.

A presença da **CEPLAC** em Placas acrescenta um importante apoio técnico à cadeia produtiva do cacau e aos sistemas agroflorestais. A instituição oferece assistência técnica, orientação sobre manejo, capacitações e acompanhamento técnico que influenciam diretamente a qualidade e a produtividade. A integração entre CEPLAC, SEMAP e associações rurais é essencial para transformar a produção agrícola em abastecimento constante e seguro para o município.

A **SEMAP** possui competências fundamentais dentro deste sistema. Seu papel vai muito além do incentivo produtivo e inclui ações estruturais indispensáveis, como a recuperação e manutenção das estradas vicinais. A qualidade das vicinais impacta diretamente o abastecimento, pois é por elas que circulam a mandioca, o cacau, o leite, as frutas e outros produtos perecíveis que abastecem o Mercado Daniel Capitani e as feiras livres. Quando uma estrada se torna intransitável, o resultado é imediato: aumento dos preços, falta de produtos, perdas pós-colheita e redução de renda das famílias agricultoras. Por isso, a manutenção das vicinais deve ser tratada como **política de**

segurança alimentar e não apenas como obra de infraestrutura.

Com planejamento adequado, integração institucional e investimentos em infraestrutura de comercialização e logística, Placas tem condições de fortalecer sua própria capacidade de abastecimento, garantir preços mais justos para a população e valorizar a produção local. O município já possui a base produtiva; falta agora consolidar os espaços e as rotas que permitem que esse alimento chegue, com qualidade, à mesa das famílias.

4.4 Preços dos Alimentos e Barreiras Econômicas ao Consumo Saudável

Apesar de Placas possuir uma produção expressiva e diversificada de **hortifrútis, verduras, leguminosas, tubérculos e outros alimentos de alta qualidade**, o acesso da população a esses produtos é limitado pelo **alto custo praticado no mercado local**. Essa contradição revela um dos principais gargalos da segurança alimentar no município: produz-se muito, mas consome-se pouco alimento saudável.

Grande parte da produção agrícola local é direcionada para **municípios maiores, como Santarém e Altamira**, onde os preços pagos aos produtores são mais atrativos, existe maior volume de compradores e melhor estrutura logística de comercialização. Para o agricultor familiar, vender para esses centros regionais representa maior previsibilidade de renda e menor risco de perdas, especialmente no caso de produtos perecíveis.

Como consequência, o mercado local sofre com **oferta reduzida de alimentos frescos**, o que eleva os preços praticados na cidade. Verduras, legumes, frutas e hortaliças acabam se tornando produtos de difícil acesso para grande parte da população, principalmente para famílias de baixa renda. Em muitos casos, o valor de uma cesta de alimentos saudáveis supera a capacidade mensal de compra, considerando a renda domiciliar per capita já identificada como baixa no município.

Essa dinâmica econômica cria um cenário paradoxal. Enquanto Placas

se destaca como polo produtor, seus próprios moradores enfrentam dificuldades para consumir aquilo que é produzido no território. O resultado direto é a substituição dos alimentos frescos por produtos ultraprocessados, que são mais baratos, duráveis e amplamente disponíveis no comércio local. Essa substituição tem impacto direto no padrão alimentar da população e contribui para o aumento de **sobrepeso, obesidade e doenças crônicas**, conforme já identificado no diagnóstico nutricional.

Outro fator que influencia o alto preço local é a **falta de mecanismos estruturados de comercialização direta**, como contratos de compra institucional, feiras permanentes fortalecidas e centrais de abastecimento locais. A ausência de políticas que priorizem o mercado interno faz com que o município perca parte significativa do valor agregado da produção agrícola, transferindo esse benefício econômico para outros territórios.

Diante desse cenário, o fortalecimento das **cadeias curtas de comercialização**, a ampliação das compras públicas por meio de programas como PAA e PNAE, e o incentivo à venda direta no mercado municipal e nas feiras livres tornam-se estratégias essenciais. Essas ações têm potencial para **reduzir preços**, garantir renda justa ao produtor e ampliar o consumo de alimentos saudáveis pela população local.

Portanto, o alto custo dos alimentos em Placas não está relacionado à escassez produtiva, mas a um modelo de escoamento que prioriza mercados externos em detrimento do abastecimento interno. Enfrentar essa distorção é fundamental para transformar a riqueza agrícola do município em **segurança alimentar real, acessível e contínua para suas famílias**.

4.4.1 Estratégias para Redução de Preços e Fortalecimento do Consumo Local

Para enfrentar o alto custo dos alimentos saudáveis no município, é necessário reorganizar o modelo de comercialização, priorizando o abastecimento interno

sem comprometer a renda dos produtores. A solução não está em restringir a venda para outros municípios, mas em **criar mecanismos que tornem o mercado local atrativo, estável e economicamente viável.**

Uma das estratégias centrais é o fortalecimento das **compras institucionais**, especialmente por meio do **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** e do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Esses programas garantem compra com preço justo, pagamento regular e redução de intermediários. Ao ampliar a participação dos produtores locais nessas políticas, o município consegue assegurar parte da produção para consumo interno, ao mesmo tempo em que gera renda e previsibilidade econômica.

O **Mercado Municipal Daniel Capitani** e as feiras livres devem ser incorporados como instrumentos permanentes da política de segurança alimentar. A priorização de produtores locais nesses espaços, associada a critérios de organização, higiene e regularidade de funcionamento, tende a ampliar a oferta de hortaliças, frutas, tubérculos, legumes e derivados artesanais, contribuindo para a **redução gradual dos preços ao consumidor final.**

Outra ação estratégica é o incentivo à **comercialização direta**, com estímulo à venda sem atravessadores, principalmente para produtos de alta perecibilidade. A aproximação entre produtor e consumidor reduz custos logísticos, diminui perdas pós colheita e valoriza o alimento local. A atuação integrada da SEMAP, CEPLAC e entidades representativas dos agricultores é fundamental para organizar essa dinâmica.

4.4.2 Indicadores de Monitoramento de Preços e Acesso aos Alimentos

Para que essas ações tenham efetividade, o Plano Municipal deve instituir mecanismos de acompanhamento contínuo. Sugere-se a adoção dos seguintes

indicadores:

- **Preço médio mensal dos principais alimentos da cesta saudável local**, incluindo hortaliças, frutas, tubérculos, leite e derivados;
- **Comparação entre preços praticados em Placas e nos municípios de Santarém e Altamira;**
- **Volume da produção local destinado ao mercado interno**, com recorte por tipo de produto;
- **Participação de produtores locais no PAA e no PNAE**, medido em número de agricultores e valor contratado;
- **Frequência e diversidade de produtos ofertados nas feiras livres e no mercado municipal**

Esses indicadores permitirão avaliar se as políticas adotadas estão, de fato, ampliando o acesso da população a alimentos saudáveis e reduzindo a dependência de produtos ultraprocessados.

4.4.3 Impactos Esperados na Segurança Alimentar e Nutricional

A reorganização do abastecimento interno e a redução dos preços dos alimentos frescos tendem a produzir impactos positivos diretos:

- **aumento do consumo de alimentos in natura e minimamente processados;**
- **redução da insegurança alimentar associada à baixa renda;**
- **melhora do padrão alimentar e redução de doenças crônicas relacionadas à dieta;**
- **valorização da agricultura familiar e fortalecimento da economia local;**

- **maior integração entre produção, saúde, assistência social e educação**

Ao alinhar produção agrícola, política de preços e consumo local, Placas avança no sentido de transformar sua riqueza produtiva em **alimentação adequada, acessível e contínua para sua própria população**, objetivo central deste Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.4.4 Quadro de Responsabilidades por Secretaria

A **Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAP)** assume papel central na execução das ações voltadas ao fortalecimento da produção e da comercialização local de alimentos. Compete à secretaria coordenar o mapeamento da produção agrícola, apoiar diretamente os agricultores familiares, organizar as feiras livres e articular ações com associações e sindicatos rurais. Cabe ainda à SEMAP integrar sua atuação com a CEPLAC para ampliar a assistência técnica, incentivar a diversificação produtiva e fortalecer práticas sustentáveis. A manutenção e recuperação das estradas vicinais, em articulação com a Secretaria de Infraestrutura, devem ser tratadas como **ação estratégica de segurança alimentar**, pois garantem o escoamento da produção e o abastecimento regular do mercado municipal e das feiras.

A **Secretaria Municipal de Assistência Social** é responsável por identificar e acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, utilizando os instrumentos do Cadastro Único, do CRAS e dos serviços da proteção social básica. Sua atuação é fundamental para articular as ações do Programa de Aquisição de Alimentos com foco nas famílias que mais necessitam, bem como monitorar os impactos das políticas de abastecimento sobre o consumo alimentar da população atendida. A assistência social contribui para que as ações do plano alcancem

efetivamente quem enfrenta maiores dificuldades de acesso à alimentação adequada.

A **Secretaria Municipal de Educação** desempenha papel estratégico por meio da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Compete à secretaria priorizar a compra de alimentos da agricultura familiar local, garantindo regularidade no fornecimento e diversidade nutricional na merenda escolar. Além disso, cabe à educação desenvolver ações contínuas de educação alimentar e nutricional nas escolas, promovendo hábitos saudáveis desde a infância e valorizando os alimentos produzidos no próprio município. A articulação com produtores locais fortalece a economia e melhora a qualidade da alimentação ofertada aos estudantes.

A **Secretaria Municipal de Saúde** tem a responsabilidade de monitorar os efeitos das ações do plano sobre o estado nutricional da população. Por meio do SISVAN e da Atenção Básica, a secretaria acompanha indicadores de desnutrição, sobrepeso, obesidade e doenças crônicas relacionadas à alimentação. Também compete à saúde promover orientações nutricionais alinhadas à realidade local, integrando suas ações com a assistência social e a educação para garantir abordagem preventiva e contínua, especialmente para gestantes, crianças e idosos.

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura** é essencial para viabilizar a logística do abastecimento alimentar. Sua atuação deve priorizar a manutenção permanente das estradas vicinais utilizadas para o transporte de alimentos, com planejamento preventivo e definição de trechos estratégicos. Estradas em boas condições reduzem perdas, custos de transporte e interrupções no fornecimento de alimentos, especialmente no período chuvoso, sendo parte integrante da política municipal de segurança alimentar.

A **CEPLAC** exerce função técnica especializada, especialmente na cadeia produtiva do cacau e nos sistemas agroflorestais. A instituição contribui com capacitações, orientação técnica e acompanhamento produtivo, elevando a qualidade da produção e incentivando práticas sustentáveis. Sua atuação integrada com a SEMAP e

com as organizações de produtores fortalece a base produtiva e amplia as possibilidades de agregação de valor no município.

Por fim, o **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)** exerce o controle social do plano, acompanhando a execução das metas, avaliando resultados e garantindo a participação da sociedade civil. O conselho é responsável por assegurar transparência, diálogo permanente e alinhamento das ações com as reais necessidades da população, fortalecendo a governança da política municipal de segurança alimentar e nutricional.

5. Diagnóstico do Consumo, Saúde e Vigilância Nutricional

A segurança alimentar e nutricional em Placas não pode ser analisada apenas sob a ótica da produção de alimentos. Ela envolve o acesso, o consumo, a qualidade da dieta e a forma como os alimentos são utilizados biologicamente pelo organismo. Apesar de o município possuir forte base produtiva e diversidade alimentar, persistem desigualdades que impactam diretamente a saúde da população, especialmente entre famílias de baixa renda e comunidades rurais mais distantes.

Os dados disponíveis indicam que Placas vive um processo de **transição nutricional**, no qual convivem problemas históricos de carência alimentar com o crescimento acelerado de agravos associados à alimentação inadequada. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de articular saúde, assistência social, educação alimentar, produção e abastecimento.

5.1 Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

O **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)** é o principal instrumento utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para monitorar o estado nutricional da população. Por meio desse sistema, o município coleta e analisa informações

essenciais para orientar ações de prevenção, cuidado e promoção da saúde, especialmente voltadas aos grupos mais vulneráveis.

A cobertura do SISVAN em Placas é fortalecida, principalmente, pelo acompanhamento das **condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família**, que garante avaliações periódicas de crianças, gestantes e nutrizes, e pela atuação do **Programa de Agentes Comunitários de Saúde**, que possui **cobertura total na zona rural**. A presença contínua dos agentes nas comunidades permite a realização de visitas domiciliares regulares, a atualização constante dos cadastros e a coleta precisa de dados antropométricos, como peso e altura.

Essa capilaridade é fundamental em um município com grande dispersão territorial, pois reduz subnotificações e assegura que os dados registrados reflitam, de forma mais fiel, a realidade nutricional da população, inclusive em áreas de difícil acesso.

No ano de 2021, a Atenção Básica realizou **mais de 44.000 visitas domiciliares** e aproximadamente **500 atendimentos de puericultura**. Esses atendimentos representam momentos estratégicos para a vigilância nutricional, permitindo a identificação precoce de situações de desnutrição, atrasos no crescimento infantil, riscos nutricionais em gestantes e o surgimento de excesso de peso em diferentes faixas etárias. As informações produzidas alimentam o SISVAN e subsidiam o planejamento de ações de saúde, educação alimentar, suplementação e acompanhamento de grupos prioritários.

A taxa de mortalidade infantil registrada em Placas foi de **15,82 óbitos por mil nascidos vivos no ano de 2023**. Embora esse indicador represente avanços quando comparado a períodos anteriores, ele ainda evidencia fragilidades estruturais que interferem diretamente na segurança alimentar e nutricional. Entre os fatores associados estão a **nutrição inadequada de gestantes**, dificuldades de acesso a consultas e exames de pré-natal, limitações de saneamento básico e a **vulnerabilidade econômica**

de famílias com crianças pequenas. Em áreas rurais mais afastadas, a distância até os serviços de saúde e a precariedade das estradas vicinais dificultam o deslocamento rápido para atendimentos de urgência, agravando situações que poderiam ser evitadas com acompanhamento oportuno.

A mortalidade infantil, por sintetizar múltiplas dimensões da vida social, demonstra que a segurança alimentar vai além da oferta de alimentos, estando diretamente relacionada às **condições de saúde, renda, saneamento, transporte, educação e acesso à água de qualidade**.

5.2 Contexto Sociocultural e Padrões Alimentares da População

Placas é um município marcado por uma **formação social profundamente miscigenada**, construída por homens e mulheres de diferentes origens que participaram do processo de ocupação da Amazônia ao longo da Transamazônica. A população local é composta majoritariamente por descendentes de migrantes **nordestinos**, com forte presença de **cearenses e maranhenses**, além de **baianos, capixabas e gaúchos**, que se integraram às **raízes indígenas e amazônicas** já existentes no território.

Essa diversidade de origens deu forma a uma **cultura alimentar forte, rica e territorializada**, baseada historicamente no consumo de alimentos produzidos localmente. A dieta tradicional sempre valorizou **peixes, açaí, frutas nativas, mandioca e seus derivados**, além de outros alimentos da floresta e do campo. Esses produtos garantiram, por décadas, variedade nutricional, aporte energético adequado e identidade cultural às famílias, especialmente nas áreas rurais.

Entretanto, transformações recentes no modo de vida, associadas à redução da atividade física, à urbanização gradual e à maior presença de alimentos industrializados, vêm alterando esse padrão alimentar. A diminuição do consumo regular de alimentos tradicionais e o aumento da ingestão de produtos ultraprocessados têm

impactado negativamente a saúde da população, enfraquecendo a relação entre cultura alimentar e bem-estar.

5.3 Desafios Nutricionais Identificados

Os dados de saúde e vigilância nutricional apontam para a coexistência de diferentes desafios no município. A **desnutrição crônica**, expressa principalmente pelo déficit de altura para idade, ainda é observada em comunidades rurais remotas e isoladas. Nessas localidades, o acesso regular a proteínas e micronutrientes é instável e, muitas vezes, depende da pesca artesanal e da caça de subsistência, atividades fortemente influenciadas pela sazonalidade climática e pelas condições ambientais.

Ao mesmo tempo, observa-se o crescimento do **sobrepeso, da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis**, fenômeno associado à mudança no padrão alimentar da população. O consumo de alimentos ultraprocessados, como bolachas, refrigerantes e macarrão instantâneo, tem aumentado de forma significativa, impulsionado pelo **baixo custo, longa durabilidade e facilidade de armazenamento**, especialmente em um contexto de clima quente e ausência de refrigeração adequada em muitas residências.

Esse novo padrão alimentar contribui para um processo de **envelhecimento não saudável**, marcado pelo aumento de hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas. Em 2021, a Secretaria Municipal de Saúde registrou **3.340 atendimentos relacionados à hipertensão** e **2.307 atendimentos de pessoas com diabetes**, números que refletem a relação direta entre alimentação inadequada, baixa qualidade da dieta e adoecimento progressivo da população.

A coexistência de desnutrição persistente, obesidade crescente e envelhecimento não saudável evidencia que a segurança alimentar em Placas não é apenas um desafio produtivo, mas sobretudo **social, cultural e estrutural**. Enfrentar esse cenário exige ações integradas que promovam o acesso a alimentos saudáveis,

resgatem e valorizem a cultura alimentar tradicional, fortaleçam a educação alimentar e articulem saúde, agricultura, assistência social e educação como pilares de uma política pública efetiva de segurança alimentar e nutricional.

6. Saneamento Básico e Acesso à Água Potável: um Gargalo Estrutural da Segurança Alimentar

A água é parte indissociável da alimentação. Sem acesso regular e seguro à água potável, não há como garantir segurança alimentar e nutricional. Doenças de veiculação hídrica comprometem a absorção dos nutrientes, enfraquecem o organismo e perpetuam ciclos de adoecimento, pobreza e desnutrição. Em Placas, o saneamento básico constitui um dos **principais entraves estruturais** para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

Essa realidade se torna ainda mais grave quando analisada à luz do contexto amazônico. O município está inserido sobre o **Aquífero Alter do Chão**, reconhecido como um dos maiores reservatórios de água doce potável do mundo. Ainda assim, Placas convive com **comunidades em situação de escassez hídrica**, abastecimento precário e consumo de água de qualidade duvidosa. Essa contradição revela que o problema central não é a ausência de água, mas sim a **falta histórica de planejamento, proteção do solo, infraestrutura adequada e gestão eficiente dos recursos hídricos**.

6.1. Contaminação do Solo, Lençol Freático e Risco Sanitário

Grande parte da população urbana e rural depende de poços rasos e

cacimbas, frequentemente localizados próximos a **fossas rudimentares irregulares**, sem qualquer sistema de vedação ou tratamento. Essa prática, comum em municípios amazônicos que não possuem rede de esgotamento sanitário, resulta na **contaminação progressiva do solo e do lençol freático**, colocando em risco direto a qualidade da água consumida pelas famílias.

No caso de Placas, esse cenário é especialmente preocupante, pois o aquífero que sustenta o abastecimento subterrâneo é raso em várias áreas do território, tornando-o altamente vulnerável à infiltração de resíduos orgânicos, coliformes fecais e outros agentes patogênicos. A ausência de sistemas adequados de esgotamento sanitário compromete não apenas a saúde imediata da população, mas também a **segurança hídrica futura**, ameaçando um patrimônio natural estratégico do município.

Essa contaminação silenciosa tem impactos diretos na segurança alimentar. Crianças expostas a água contaminada apresentam maior incidência de diarreias, parasitoses e infecções intestinais, condições que reduzem a absorção dos alimentos e contribuem para quadros de desnutrição persistente. Adultos adoecem com frequência, comprometendo sua capacidade produtiva e ampliando os custos com saúde pública.

6.2. Reconhecimento Institucional e Responsabilidade do Município

O município reconhece que acumulou **limitações históricas no planejamento e na execução das políticas de saneamento básico**. Embora a Lei Municipal nº 289/2021 tenha instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, sua efetiva implementação ainda não se consolidou, o que fragilizou a organização do setor e dificultou o acesso a recursos estruturantes.

A criação do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Placas**

(**SAAE**), por meio da Lei nº 334/2023, representa um marco importante na mudança desse cenário. A partir desse instrumento, o município assume a responsabilidade de profissionalizar a gestão da água, estruturar sistemas seguros de abastecimento, proteger o aquífero e enfrentar, de forma planejada, o déficit histórico de saneamento.

6.3 Metas, Ações e Prazos para o Saneamento e Segurança Alimentar

Meta	Ações Principais	Prazo	Responsáveis
Garantir acesso à água potável em todas as escolas do município	Levantamento das unidades sem água tratada; implantação de sistemas provisórios e definitivos de abastecimento; monitoramento da qualidade da água utilizada na merenda escolar	Curto prazo (1 a 2 anos)	SAAE; Secretaria de Educação; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Saúde
Reduzir a dependência de poços rasos e cacimbas contaminadas	Mapeamento de poços e cacimbas; identificação de áreas com risco sanitário; substituição progressiva por sistemas de captação profunda e tratamento	Médio prazo (3 a 5 anos)	SAAE; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Saúde
Proteger o solo e o lençol freático contra contaminação por fossas irregulares	Levantamento de fossas rudimentares próximas a poços; orientação técnica às famílias; implantação de soluções sanitárias adequadas; ações educativas ambientais	Médio prazo (3 a 5 anos)	SAAE; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Saúde; Assistência Social
Ampliar sistemas de abastecimento rural em agrovilas prioritárias	Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, tratamento e distribuição; replicação do modelo da Agrovila Bela Vista	Médio prazo (3 a 5 anos)	SAAE; Secretaria de Infraestrutura; SEMAP
Eliminar comunidades em	Diagnóstico territorial da escassez; priorização de	Curto e médio prazo	SAAE; Assistência Social; Secretaria

situação de escassez hídrica	comunidades críticas; implantação de soluções emergenciais e estruturantes	(1 a 5 anos)	de Infraestrutura
Implantar gestão profissional do abastecimento de água	Estruturação administrativa do SAAE; capacitação técnica; captação de recursos federais e estaduais; definição de modelo tarifário socialmente justo	Curto prazo (1 a 2 anos)	SAAE; Prefeitura Municipal
Avançar gradualmente em soluções de esgotamento sanitário	Estudos técnicos para esgotamento; implantação de soluções individuais e coletivas adequadas à realidade amazônica	Longo prazo (5 a 10 anos)	SAAE; Secretaria de Infraestrutura
Integrar saneamento, saúde e segurança alimentar	Monitoramento de doenças de veiculação hídrica; integração dos dados com SISVAN; planejamento intersectorial	Permanente	Secretaria de Saúde; SAAE; COMSEA
Garantir controle social e transparência das ações	Acompanhamento das metas; avaliação periódica; participação da sociedade civil	Permanente	COMSEA; Prefeitura Municipal

6.4 Responsabilidades Institucionais

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)** é responsável pela gestão técnica do abastecimento de água, incluindo captação, tratamento, distribuição, monitoramento da qualidade e proteção das fontes hídricas. Cabe ao SAAE liderar o planejamento, captar recursos, implantar sistemas seguros e garantir a sustentabilidade do serviço.

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura** deve atuar de forma

integrada ao SAAE na execução de obras, abertura de valas, implantação de redes e manutenção de estruturas físicas, especialmente em áreas rurais e agrovilas.

A **Secretaria Municipal de Saúde** é responsável pelo monitoramento dos impactos sanitários, vigilância da qualidade da água, registro de doenças de veiculação hídrica e integração dessas informações ao SISVAN, fortalecendo a relação entre saneamento, saúde e nutrição.

A **Secretaria Municipal de Educação** deve assegurar que todas as unidades escolares disponham de água potável e condições sanitárias adequadas, garantindo a segurança da merenda escolar e a saúde dos estudantes.

A **Secretaria Municipal de Assistência Social** atua na identificação de famílias em maior vulnerabilidade hídrica, articulando ações emergenciais e programas de apoio para garantir acesso mínimo à água segura.

O **COMSEA** acompanha, fiscaliza e avalia as ações de saneamento sob a ótica da segurança alimentar, garantindo controle social e transparência.

7. Política de Educação e Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é, atualmente, a **política de Segurança Alimentar e Nutricional mais capilarizada e efetiva** no município de Placas. Em um território marcado por grande dispersão rural, diversidade cultural e desigualdades sociais, o PNAE garante diariamente ao menos uma refeição adequada para milhares de estudantes da rede municipal. Para muitas crianças, adolescentes, jovens e adultos da Educação de Jovens e Adultos, a alimentação escolar representa a principal refeição do dia.

Nesse contexto, a alimentação escolar ultrapassa a função nutricional

e assume papel estratégico na **proteção social**, na **promoção da saúde**, no **combate à fome** e na **valorização das identidades culturais do território amazônico**. O município reconhece que a qualidade, a regularidade e a adequação cultural da merenda escolar impactam diretamente o aprendizado, a permanência dos estudantes na escola e seu desenvolvimento integral.

7.1. Gestão da Alimentação Escolar, Agricultura Familiar e infraestrutura

A gestão da alimentação escolar em Placas orienta-se pela universalização do atendimento, assegurando merenda de qualidade para 100% dos alunos da rede municipal, da educação infantil ao ensino fundamental e à Educação de Jovens e Adultos. Esse compromisso é central em um município onde parcela significativa das famílias enfrenta insegurança alimentar.

A integração com a agricultura familiar é eixo estruturante do PNAE. Em conformidade com a **Lei Federal nº 11.947/2009**, que estabelece a aplicação mínima de **30% dos recursos do FNDE** na compra direta da agricultura familiar, o município tem realizado Chamadas Públicas específicas, como as **Chamadas Públicas nº 001/2023 e nº 007/2023**, priorizando produtores locais e regionais. Essa estratégia fortalece a economia local, reduz intermediários e contribui para cardápios mais adequados à realidade nutricional e cultural dos estudantes.

Os editais de aquisição têm priorizado alimentos regionais e tradicionais, como **farinha de mandioca, polpas de frutas amazônicas**, especialmente **açaí e cupuaçu**, além de hortaliças, feijão, arroz e outros gêneros compatíveis com a produção local. No entanto, o município reconhece que as **dificuldades logísticas**, sobretudo nas estradas vicinais, exigem monitoramento contínuo das entregas e maior articulação entre as áreas de educação, agricultura e infraestrutura para garantir

regularidade no fornecimento.

A infraestrutura das cozinhas e áreas de preparo das escolas, especialmente na zona rural, ainda apresenta fragilidades. A preparação de alimentos em unidades **sem acesso à água potável** compromete a segurança sanitária da merenda escolar. O Plano Municipal assume como prioridade a adequação dessas unidades, com a implantação de sistemas de captação de água da chuva, cisternas, filtros industriais e melhorias nos espaços de armazenamento, prevenindo perdas por umidade, calor excessivo ou presença de roedores.

7.2 Cultura Alimentar Amazônica, Diversidade e Inclusão no PNAE

Placas é um município de **forte identidade amazônica e formação multicultural**, que atende crianças indígenas, crianças de comunidades tradicionais e filhos de agricultores familiares. Essa diversidade exige que a política de alimentação escolar vá além de parâmetros nutricionais padronizados e incorpore o **respeito às culturas alimentares do território**.

A dieta tradicional amazônica, baseada no consumo de **peixes, açaí, frutas nativas, mandioca e seus derivados**, constitui patrimônio cultural e alimentar das comunidades locais. O município reconhece que a oferta desses alimentos no âmbito do PNAE, sempre que tecnicamente viável e sanitariamente segura, representa não apenas adequação nutricional, mas **respeito à identidade cultural e ao modo de vida das crianças indígenas e das comunidades tradicionais**.

A alimentação escolar também desempenha função pedagógica. Em um contexto de crescimento do consumo de produtos ultraprocessados, a escola torna-se espaço estratégico para **educação alimentar e nutricional**, promoção de hábitos saudáveis e valorização dos alimentos produzidos localmente. O fortalecimento da cultura

alimentar amazônica no ambiente escolar contribui para a prevenção do sobrepeso, da obesidade e de doenças crônicas já identificadas no diagnóstico de saúde do município.

Outro aspecto relevante é o atendimento a **crianças com seletividade alimentar**, especialmente na educação infantil. Essas crianças demandam abordagem cuidadosa, gradual e integrada, evitando práticas impositivas ou excludentes. O município reconhece que a seletividade alimentar deve ser enfrentada por meio de estratégias pedagógicas e nutricionais, com estímulo sensorial, oferta progressiva de alimentos e acompanhamento das equipes de saúde, educação e famílias.

Ao incorporar a diversidade cultural, respeitar as especificidades alimentares e atender crianças com diferentes necessidades, o PNAE consolida-se como instrumento central de **segurança alimentar, inclusão social e valorização da identidade amazônica** no município de Placas.

8. Assistência Social e Rede de Proteção

A Assistência Social constitui a **linha de frente no enfrentamento imediato da fome** no município de Placas. Para famílias que não conseguem garantir sua subsistência por meio do trabalho, seja pela baixa renda, desemprego, isolamento territorial, adoecimento ou situações emergenciais, a rede de proteção social representa o principal suporte do Estado para assegurar o direito básico à alimentação.

Em um município com grande extensão territorial, forte presença rural e recorrência de eventos climáticos extremos, a política de assistência social não pode atuar de forma passiva ou exclusivamente reativa. A fome, em Placas, está associada a múltiplos fatores estruturais, como baixa renda, dificuldade de acesso a serviços públicos, precariedade de saneamento e instabilidade produtiva. Nesse contexto, a assistência

social deve ser compreendida como **eixo estratégico da política de segurança alimentar e nutricional**, articulada permanentemente com saúde, educação, agricultura e defesa civil.

8.1 Cadastro Único, Transferência de Renda e Vigilância Nutricional

O **Cadastro Único para Programas Sociais** é o principal instrumento de identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar no município. A correta atualização cadastral, associada ao acompanhamento das condicionalidades do **Programa Bolsa Família**, constitui estratégia central de segurança alimentar, pois permite monitorar renda, composição familiar, condições de moradia e acesso a serviços básicos.

O município reconhece que o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família vai além do cumprimento burocrático de regras. Trata-se de uma ferramenta essencial de **vigilância nutricional e proteção da infância**, especialmente por meio da pesagem semestral das crianças, do acompanhamento do crescimento e do cumprimento do calendário vacinal. Para isso, é indispensável a **articulação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Saúde**, garantindo que as informações produzidas na Atenção Básica e no SISVAN retroalimentem a gestão da política social.

Dada a extensão territorial de Placas e a presença de comunidades isoladas, o município assume que parte das famílias em extrema pobreza ainda pode estar fora do alcance regular das políticas públicas. Por isso, a **busca ativa permanente e itinerante** deve ser tratada como ação estruturante da assistência social. Famílias que vivem em áreas de difícil acesso, agrovilas distantes ou regiões impactadas por precariedade viária não podem permanecer invisíveis ao Estado. A presença contínua das

equipes do CRAS no território é condição indispensável para garantir acesso a benefícios, serviços e alimentos.

8.2 Benefícios Eventuais e Resposta às Situações de Emergência

Os **benefícios eventuais**, especialmente a distribuição de cestas básicas, desempenham papel fundamental em situações de emergência, como enchentes, períodos de estiagem severa, deslizamentos ou outras situações de calamidade pública. Em Placas, essas ações são executadas por meio do CRAS, seguindo regulamentação própria e critérios técnicos de vulnerabilidade.

A **Dispensa de Licitação nº 020/2025**, que formalizou a aquisição emergencial de alimentos para famílias afetadas por chuvas intensas, evidencia a capacidade de resposta do município diante de eventos extremos. No entanto, o Plano Municipal reconhece que a política de segurança alimentar não pode se limitar a respostas emergenciais. A repetição de eventos climáticos adversos exige que a assistência social avance de uma atuação predominantemente reativa para uma abordagem **mais preventiva, planejada e integrada**.

Isso implica antecipar cenários de risco, manter estoques estratégicos de alimentos, fortalecer a articulação com a defesa civil e utilizar os dados do Cadastro Único para identificar previamente famílias mais vulneráveis a crises climáticas e econômicas. A assistência social, nesse sentido, deve atuar como elo entre a proteção imediata contra a fome e as políticas estruturantes de geração de renda, abastecimento alimentar e desenvolvimento local.

9. Estrutura de Governança e Controle Social da Política de Segurança

Alimentar e Nutricional

A efetividade da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Placas depende de uma **estrutura de governança sólida, participativa e funcional**, capaz de articular ações entre secretarias, assegurar o controle social e garantir a continuidade das políticas públicas. O município **avança na consolidação institucional da política de segurança alimentar**, estruturando marcos legais e organizativos que fortalecem a atuação do poder público e da sociedade civil.

O desafio central deixa de ser a criação formal das instâncias e passa a ser o seu **funcionamento regular, integrado e permanente**, assegurando que as decisões se traduzam em ações concretas e resultados efetivos no território.

9.1 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)

O município **institui e fortalece** o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas (COMSEA), criado pela Lei Municipal nº 316/2022, como instância de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador. O COMSEA constitui o principal espaço de participação social na política de segurança alimentar, responsável por acompanhar, avaliar e propor diretrizes para as ações do município.

O município **reconhece o COMSEA como instância estratégica de controle social**, responsável por acompanhar a execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, monitorar metas, analisar resultados e propor ajustes necessários à realidade local. Para o pleno exercício de suas atribuições, o município **assegura a regularidade das reuniões**, o acesso à informação e o respeito à composição paritária prevista em lei, com predominância da sociedade civil.

Em um território marcado por ampla zona rural, dificuldades logísticas e diversidade produtiva, a atuação do COMSEA permite incorporar ao planejamento

público as demandas concretas das comunidades, dos agricultores familiares e das entidades socioassistenciais, fortalecendo a transparência, a legitimidade e a efetividade da política pública.

9.2 Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal)

O município **estrutura e formaliza** a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal) como instância governamental responsável pela articulação das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. A CAISAN reúne as secretarias envolvidas na execução do plano, promovendo a integração entre produção, abastecimento, assistência social, saúde, educação, saneamento e infraestrutura.

A atuação da CAISAN **assegura a intersectorialidade prevista neste plano**, coordenando a execução das ações, acompanhando o Plano de Ação, alinhando prioridades e evitando a fragmentação das políticas públicas. Em um município com recursos limitados e grande dispersão territorial, a articulação entre secretarias é condição essencial para ampliar o alcance das ações e otimizar os investimentos públicos.

9.3 Consolidação da Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

O município **avança na consolidação da adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)** como estratégia para fortalecer institucionalmente a política de segurança alimentar e ampliar o acesso a apoio técnico, programas e recursos dos governos estadual e federal.

Por meio da plataforma **AdeSAN**, o município comprova a existência e

o funcionamento do COMSEA, a formalização da CAISAN Municipal e a aprovação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A adesão ao SISAN representa o **compromisso do município com a gestão qualificada da política de segurança alimentar**, alinhada às diretrizes nacionais e sustentada por planejamento, participação social e controle democrático.

10. Eixos Estratégicos e Plano de Ação (2026-2029)

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas estabelece, para o período de 2026 a 2029, **quatro eixos estratégicos estruturantes**, definidos a partir do diagnóstico territorial, demográfico, socioeconômico, produtivo, sanitário e institucional do município. Esses eixos organizam objetivos, metas e ações concretas, com responsabilidades definidas e prazos estabelecidos, orientando a atuação integrada do poder público municipal.

Reconhecendo as transformações recentes no contexto amazônico, especialmente os impactos das mudanças climáticas, os desafios logísticos, a necessidade de reduzir perdas e desperdícios, fortalecer a educação alimentar comunitária e garantir a proteção alimentar de povos indígenas e comunidades tradicionais, o Município de Placas incorpora **temas transversais** que atravessam todos os eixos estratégicos, qualificando o plano e ampliando sua capacidade de resposta às realidades do território.

Esses temas transversais alinham o PLAMSAN às diretrizes nacionais vigentes, ao III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, às agendas de justiça climática e às oportunidades abertas no contexto da COP-30 realizada em Belém, consolidando a segurança alimentar como política pública estruturante, integrada e permanente.

10.1. Temas Transversais 2026–2029

Os temas transversais do PLAMSAN de Placas expressam a compreensão de que a **insegurança alimentar e nutricional não é um problema isolado**, nem restrito a um único setor da administração pública. Ela se manifesta no dia a dia das famílias, no preço dos alimentos, na dificuldade de acesso, na perda da produção, na qualidade da alimentação consumida e, muitas vezes, na ausência de informação adequada sobre o que é uma alimentação saudável e culturalmente apropriada.

Em Placas, a insegurança alimentar assume **formas diversas e, por vezes, invisíveis**. Não está presente apenas entre famílias de baixa renda ou inscritas em programas sociais. Há situações em que **famílias com renda formal, propriedades rurais estruturadas ou maior poder aquisitivo** enfrentam vulnerabilidade alimentar, seja pela **dependência excessiva de alimentos industrializados**, pela **baixa diversidade alimentar**, pela **falta de tempo ou conhecimento para preparar alimentos saudáveis**, ou ainda pelos impactos do adoecimento, do envelhecimento não saudável e das doenças crônicas relacionadas à má alimentação. Assim, o PLAMSAN reconhece que **renda não é sinônimo automático de segurança alimentar**.

Diante dessa realidade, o Município de Placas adota, de forma transversal a todos os eixos estratégicos, os seguintes temas orientadores, que dialogam diretamente com o território, com o modo de vida da população e com os desafios enfrentados diariamente pelas famílias urbanas e rurais.

Segurança Alimentar e Mudanças Climáticas

O clima passou a ser um fator determinante da fome no município. As secas prolongadas, o calor excessivo, a irregularidade das chuvas e a precariedade das estradas vicinais afetam diretamente a produção de alimentos, o escoamento da safra e

o abastecimento dos mercados locais. Para as famílias mais vulneráveis, isso significa **aumento do preço dos alimentos**, menor oferta de produtos frescos e dificuldade de acesso a alimentos básicos. Para os agricultores familiares, representa **perda de produção, redução de renda e insegurança econômica**. O plano reconhece que enfrentar a insegurança alimentar em Placas exige incorporar a variável climática no planejamento das políticas públicas, antecipando riscos e fortalecendo a capacidade de adaptação do município.

Planejamento Alimentar Resiliente e Captação de Recursos Climáticos

O planejamento alimentar resiliente busca garantir que Placas consiga **produzir, circular e acessar alimentos mesmo diante de eventos extremos**, como estiagens severas ou períodos prolongados de chuvas. Isso impacta diretamente a vida das famílias que dependem da agricultura, do extrativismo e do comércio local. Ao mesmo tempo, o município passa a se posicionar de forma estratégica para **acessar recursos estaduais, federais e internacionais**, especialmente no contexto da COP-30 e das políticas voltadas à Amazônia. Esses recursos são fundamentais para investir em água para produção, infraestrutura, agroindústrias, feiras, armazenamento e logística, transformando a política de segurança alimentar em uma ferramenta concreta de desenvolvimento local.

Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos

Em Placas, a insegurança alimentar convive com perdas significativas de alimentos ao longo da cadeia produtiva. Parte da produção se perde no campo, no transporte, no processamento e nas feiras, enquanto famílias enfrentam dificuldade para acessar alimentos de qualidade. A redução de perdas e desperdícios impacta diretamente o cotidiano do município ao **aumentar a oferta de alimentos sem ampliar áreas de produção**, reduzir custos, fortalecer a renda dos agricultores e possibilitar a doação segura de excedentes para equipamentos públicos e famílias em vulnerabilidade. Trata-

se de uma estratégia que alia eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Educação Alimentar Comunitária e Valorização da Cultura Alimentar Amazônica

A transição alimentar observada em Placas, marcada pelo aumento do consumo de produtos ultraprocessados, afeta crianças, adultos e idosos, independentemente da renda. Muitas famílias substituíram alimentos tradicionais por produtos industrializados devido à praticidade, ao desconhecimento nutricional ou à falsa percepção de status associada a esses alimentos. A educação alimentar comunitária busca enfrentar esse problema no cotidiano, resgatando a **cultura alimentar amazônica**, valorizando o consumo de peixe, mandioca, açaí, frutas nativas, hortaliças e preparações tradicionais. Ao ampliar as ações para além das escolas, alcançando rádios, feiras, unidades de saúde e CRAS, o município fortalece hábitos alimentares saudáveis e promove autonomia alimentar.

Proteção Alimentar de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

A presença de povos indígenas e comunidades tradicionais no território de Placas exige que a política de segurança alimentar seja construída com respeito às especificidades culturais, territoriais e produtivas. Para esses grupos, a alimentação está diretamente ligada ao território, à floresta, à pesca, à caça e aos ciclos naturais. A perda de território, o desmatamento e a pressão externa impactam diretamente a disponibilidade de alimentos e a saúde dessas populações. O plano reconhece que garantir segurança alimentar para esses grupos não se resume à distribuição de alimentos, mas envolve **consulta prévia, cardápios culturalmente adequados, apoio à produção própria e fortalecimento da autonomia alimentar**, assegurando dignidade e respeito aos modos de vida.

EIXO 1 – Fortalecimento da Produção de Alimentos, Abastecimento e Geração de Renda

Ampliar a disponibilidade de alimentos frescos e diversificados produzidos localmente, reduzir a dependência externa, fortalecer a agricultura familiar e gerar renda no campo, com atenção à adaptação climática e à redução de perdas produtivas.

Ação Estratégica	Meta Física	Responsável	Fonte de Financiamento	Prazo
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Atender 500 famílias de agricultores familiares com foco em diversificação produtiva e práticas resilientes	SEMAP / EMATER	Orçamento Municipal, Convênios Estado (SEAP/EMATER), MAPA, MDA	2027
Fomento ao Cacao de Qualidade e Agroindústria	Apoiar 50 produtores na certificação e fortalecimento de marcas locais	SEMAP	Orçamento Municipal, SEBRAE, MAPA, Fundo Amazônia, Editais de Bioeconomia	Contínuo
Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs)	Implantar SAFs em 200 propriedades familiares	SEMAP / CEPLAC / Meio Ambiente	Fundo Amazônia, Fundo Clima (BNDES), IDEFLOR-Bio, Orçamento Municipal	2029
Programa Cisternas para Produção	Implantar 100 cisternas de produção em áreas com escassez hídrica	SEMAP / SAAE / Assistência Social	Programa Cisternas (MDS), Fundo Clima, Orçamento Municipal	2027
Modernização	Reformar e	Sec. Obras /	Orçamento	2027

da Feira do Produtor	padronizar a Feira do Produtor Municipal	SEMAP	Municipal, Convênios Estaduais, Emendas Parlamentares	
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Municipal	Implementar PAA com recursos próprios para CRAS e Hospital	SEMAP / Assist. Social	Orçamento Municipal, MDS, Emendas Parlamentares	2028
Manutenção de Viciniais para Escoamento	Executar cronograma anual antes do período chuvoso	Sec. Infraestrutura	Orçamento Municipal, Convênios Estaduais, Defesa Civil	Anual
Boletim Agroclimático Municipal	Publicar 12 boletins anuais via rádio e WhatsApp	SEMAP / Defesa Civil / Comunicação	Orçamento Municipal, Defesa Civil Estadual, Projetos Climáticos	2026 e contínuo

Eixo 2: Acesso à Alimentação Adequada e Saudável (Educação e Saúde)

Garantir que o alimento chegue à população com qualidade nutricional e sanitária, promovendo hábitos alimentares saudáveis, respeitando a cultura alimentar amazônica e prevenindo agravos à saúde.

Ação Estratégica	Meta Física	Responsável	Fonte de Financiamento	Prazo
Água Potável nas Escolas	Garantir abastecimento adequado em 100% das escolas	SAAE / Sec. Educação	FNDE, FUNASA, Orçamento Municipal, Fundo Clima	2028
Ampliação do PNAE da Agricultura Familiar	Alcançar 45% de compras da agricultura familiar	Sec. Educação	FNDE (PNAE), Orçamento Municipal	2029
PNAE Culturalmente	Garantir cardápios	Sec. Educação / CAE	FNDE, Orçamento Municipal	Contínuo

Adequado	amazônicos e manejo da seletividade alimentar			
Hortas Pedagógicas Escolares	Implantar hortas em 50% das escolas rurais	Sec. Educação / SEMAP	FNDE, Orçamento Municipal, Parcerias	2029
Fortalecimento do SISVAN	Atingir 90% de cobertura em crianças até 7 anos	Sec. Saúde	SUS, Ministério da Saúde, Orçamento Municipal	2027
Educação Alimentar Comunitária	Implantar EAN em rádios, UBS, CRAS e feiras	Saúde / Assist. Social / Comunicação	SUS, MDS, Orçamento Municipal	2026 e contínuo
Programa Feira Limpa e Solidária	Implantar doação de excedentes e compostagem	SEMAP / Assist. Social / Obras	Orçamento Municipal, MDS, Parcerias Ambientais	2026

Eixo 3: Inclusão Social e Proteção às Famílias Vulneráveis

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza extrema, proteger grupos vulneráveis da fome e garantir respostas rápidas em situações de emergência alimentar e climática.

Ação Estratégica	Meta Física	Responsável	Fonte de Financiamento	Prazo
Busca Ativa CadÚnico Itinerante	4 mutirões anuais em agrovilas e vicinais	Assist. Social / CRAS	MDS, Orçamento Municipal	Anual
Busca Ativa Climática e Alimentar	Monitoramento semestral em períodos críticos	Assist. Social / Defesa Civil / Saúde	Defesa Civil, MDS, Orçamento Municipal	Contínuo
Cozinha Comunitária (Estudo)	Estudo técnico e captação de recursos	Assist. Social	MDS, Emendas Parlamentares, Orçamento Municipal	2027
Fomento a	Linha de apoio a	SEMAP / Assist.	MDA, MDS, Fundo	2028

Mulheres Rurais	quintais produtivos	Social	Amazônia, Orçamento Municipal	
Proteção Alimentar de Povos Indígenas e Tradicionais	Mutirões, apoio produtivo e alimentação adequada	Assist. Social / Educação / SEMAP	MDS, FNDE, FUNAI, Orçamento Municipal	Anual

Eixo 4: Fortalecimento Institucional do SISAN e Governança

Objetivo Geral: Garantir a continuidade da política pública, fortalecer a participação social e ampliar a capacidade de planejamento e captação de recursos.

Ação Estratégica	Meta Física	Responsável	Fonte de Financiamento	Prazo
Capacitação do COMSEA	Formação anual dos conselheiros	Gabinete / CAISAN	Orçamento Municipal, MDS	Anual
Agenda Permanente do COMSEA	Reuniões bimestrais e relatórios anuais	COMSEA	Orçamento Municipal	Contínuo
Conferência Municipal de SAN	Realizar conferência municipal	COMSEA	Orçamento Municipal, MDS	2027
Adesão Plena ao SISAN	Concluir AdeSAN	CAISAN Municipal	Orçamento Municipal	Dez/2026
Captação de Recursos Climáticos	Submeter 2 projetos a fundos climáticos	Gabinete / SEMAP / SAAE	Fundo Clima, Fundo Amazônia, BNDES	2027
Integração com Plano de Saneamento	Revisar e efetivar o PMSB	SAAE / Gabinete	FUNASA, Orçamento Municipal	2027

11. Orçamento e Financiamento

A execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas depende diretamente da forma como o município compreende o orçamento público. Segurança alimentar não pode ser tratada como gasto eventual ou ação emergencial. Trata-se de uma política que, quando bem financiada, **reduz custos em outras áreas da administração**, especialmente na saúde, na assistência social e na resposta a situações de crise.

Em Placas, grande parte das demandas do sistema de saúde está associada a problemas que têm relação direta com alimentação inadequada, insegurança alimentar e falta de acesso regular a alimentos de qualidade. Casos de anemia, desnutrição infantil, hipertensão, diabetes e doenças gastrointestinais geram atendimento constante na Atenção Básica, sobrecarregam o Hospital Municipal e ampliam o uso de medicamentos e exames. Quando o município investe em produção local de alimentos, merenda escolar de qualidade, educação alimentar e acesso à água potável, ele **atua na prevenção**, reduzindo internações, afastamentos e gastos recorrentes com tratamentos que poderiam ser evitados.

O mesmo raciocínio se aplica à assistência social. A ausência de políticas estruturantes faz com que o município precise recorrer, com frequência, a compras emergenciais de cestas básicas e a ações pontuais em momentos de seca, enchentes ou isolamento de comunidades. Essas respostas, embora necessárias, são sempre mais caras e menos eficazes do que o investimento contínuo na agricultura familiar, no abastecimento local, nas feiras, nos quintais produtivos e nos programas de aquisição de alimentos. Ao fortalecer essas ações, o município reduz a dependência das famílias em relação a benefícios emergenciais e cria condições para que elas tenham maior autonomia alimentar e econômica.

Por essa razão, o PLAMSAN precisa estar integrado aos instrumentos oficiais de planejamento e orçamento do município. Suas ações devem constar no Plano

Plurianual, garantindo continuidade administrativa e evitando que a política de segurança alimentar seja interrompida a cada mudança de gestão. Da mesma forma, a Lei Orçamentária Anual deve prever recursos específicos para a execução das ações do plano, incluindo o funcionamento do COMSEA, a contrapartida municipal em convênios, o apoio à produção local, a educação alimentar e a prevenção de riscos climáticos.

As fontes de financiamento do PLAMSAN combinam recursos próprios do município, transferências constitucionais e captação externa. O uso estratégico do orçamento municipal, incluindo receitas como o ICMS Ecológico, permite financiar ações que protegem o meio ambiente, fortalecem a produção de alimentos e reduzem despesas futuras com saúde e assistência. Recursos já existentes, como os repasses do FNDE para o PNAE e do Fundo Nacional de Saúde para a vigilância nutricional, quando articulados ao plano, ganham eficiência e ampliam seu impacto sobre a vida da população.

Além disso, a estruturação do PLAMSAN permite ao município acessar recursos externos, por meio de editais e convênios com os governos estadual e federal e com fundos climáticos e socioambientais. Esses recursos possibilitam investimentos em infraestrutura alimentar, cisternas, agroindustrialização, sistemas agroflorestais e equipamentos públicos, reduzindo a pressão sobre o orçamento local e antecipando soluções para problemas que, se não enfrentados, gerariam custos muito maiores no futuro.

Financiar a segurança alimentar em Placas significa, portanto, **investir em saúde preventiva, reduzir a demanda por assistência emergencial, fortalecer a economia local e melhorar a qualidade de vida da população**. Inclusive de famílias que, apesar de possuírem renda formal ou patrimônio, enfrentam vulnerabilidade alimentar devido ao alto custo dos alimentos e às dificuldades de acesso. O orçamento do PLAMSAN deve ser visto como um instrumento de gestão responsável, que transforma recursos públicos em resultados concretos: menos doença, menos dependência, mais produção local e mais dignidade para as pessoas.

12. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas são elementos centrais para garantir que as ações previstas não fiquem restritas ao papel. Em um município com grande extensão territorial, desafios logísticos, vulnerabilidades sociais e exposição a eventos climáticos extremos, acompanhar resultados é tão importante quanto planejar. O PLAMSAN adota, portanto, um modelo de monitoramento contínuo, orientado por dados, participação social e capacidade de adaptação.

12.1. Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Resultados

A avaliação do PLAMSAN será baseada em indicadores objetivos, extraídos de bases oficiais e dos sistemas já utilizados pelo município, evitando a criação de estruturas paralelas e fortalecendo a integração entre políticas públicas.

Um dos principais parâmetros de acompanhamento será a **cobertura do Cadastro Único**, comparada à estimativa de pobreza do IBGE. Esse indicador permite verificar se o município está conseguindo localizar e acompanhar as famílias em situação de vulnerabilidade social e alimentar, inclusive aquelas que vivem em áreas rurais remotas, agrovilas e vicinais de difícil acesso. Ampliar essa cobertura significa reduzir a invisibilidade social e aumentar a efetividade das políticas públicas.

Outro eixo central do monitoramento é a **situação nutricional da população**, especialmente das crianças menores de cinco anos. O percentual de crianças com baixo peso para a idade, monitorado pelo SISVAN, será utilizado como indicador de impacto direto das ações de segurança alimentar, saúde, assistência social e educação alimentar. A redução desse índice indica melhoria no acesso aos alimentos, na qualidade da alimentação e no acompanhamento das famílias, enquanto sua elevação exige resposta

imediatamente do poder público.

O desenvolvimento econômico local também será acompanhado por meio da **participação da agricultura familiar nas compras públicas**, especialmente no PNAE. O percentual dos recursos efetivamente pagos a produtores locais demonstra se o município está conseguindo transformar a alimentação escolar em instrumento de fortalecimento da produção local, geração de renda e redução da dependência de alimentos provenientes de outros municípios. Superar o percentual mínimo legal não é apenas cumprimento normativo, mas sinal de coerência entre planejamento e execução.

No campo da infraestrutura sanitária, será monitorado o **número de escolas rurais com abastecimento de água potável em funcionamento**. Esse indicador reflete diretamente a segurança sanitária da merenda escolar, a saúde das crianças e a capacidade do município de enfrentar um dos gargalos históricos da região amazônica. A meta é alcançar a universalização do acesso, especialmente nas comunidades mais isoladas.

Por fim, a **quantidade de alimentos adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos**, nas modalidades municipal e estadual, será utilizada para medir o fortalecimento da produção local e a capacidade do município de abastecer seus equipamentos públicos com alimentos produzidos no próprio território.

12.2. Processo de Acompanhamento e Controle Social

O monitoramento do PLAMSAN será conduzido de forma intersetorial, com coordenação da **CAISAN Municipal**, envolvendo as secretarias responsáveis pela execução das ações. Cada secretaria deverá acompanhar suas metas, produzir informações periódicas e alimentar os sistemas oficiais utilizados pelo município.

A CAISAN Municipal será responsável por consolidar essas informações e elaborar **relatórios anuais de execução do PLAMSAN**, apresentando avanços,

dificuldades, ajustes realizados e recomendações para o período seguinte. Esses relatórios serão submetidos ao **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)**, garantindo o controle social, a transparência e a participação da sociedade civil no acompanhamento da política.

O envolvimento do COMSEA assegura que o monitoramento não seja apenas técnico, mas também social e político, incorporando a visão de agricultores familiares, entidades socioassistenciais, lideranças comunitárias e demais atores do território.

12.3. Ciclo de Revisão e Ajuste do Plano

Reconhecendo que a realidade de Placas é dinâmica e sujeita a mudanças econômicas, climáticas e sociais, o PLAMSAN prevê um **ciclo periódico de revisão**. A cada dois anos, o plano deverá passar por uma avaliação técnica mais aprofundada, permitindo a atualização de metas, a redefinição de prioridades e a adequação das ações às condições reais do município.

Essa revisão é especialmente importante em um território vulnerável a secas prolongadas, cheias, variações de preços de alimentos e mudanças no perfil populacional. O objetivo não é alterar o plano a cada dificuldade, mas garantir flexibilidade suficiente para responder a crises, evitar desperdício de recursos e manter a política de segurança alimentar alinhada às necessidades concretas da população.

Dessa forma, o monitoramento e a avaliação transformam o PLAMSAN em um instrumento vivo de gestão pública, capaz de aprender com a prática, corrigir rumos e fortalecer, de forma contínua, o direito humano à alimentação adequada no município de Placas.

GLOSSÁRIO

Agricultura Familiar

Forma de produção rural baseada no trabalho da própria família, com gestão direta da unidade produtiva, conforme a Lei Federal nº 11.326/2006.

Agroindustrialização

Processo de transformação de produtos agrícolas em alimentos beneficiados, agregando valor à produção local e ampliando a renda dos agricultores.

Alimentação Adequada e Saudável

Alimentação que respeita os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais, garantindo variedade, qualidade nutricional e segurança sanitária.

Bioeconomia

Modelo de desenvolvimento econômico baseado no uso sustentável da biodiversidade, valorizando produtos da floresta em pé e sistemas produtivos de baixo impacto ambiental.

Cadastro Único (CadÚnico)

Instrumento do Governo Federal para identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, base para acesso a políticas sociais.

Circuitos Curtos de Comercialização

Sistemas de venda direta ou com poucos intermediários entre produtores e consumidores, como feiras livres, PAA e PNAE.

Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

Direito fundamental que garante a todas as pessoas acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades básicas.

Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Conjunto de ações educativas que promovem escolhas alimentares saudáveis,

valorizando a cultura alimentar e a autonomia das pessoas.

Insegurança Alimentar

Condição em que indivíduos ou famílias enfrentam incerteza quanto ao acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Perdas e Desperdício de Alimentos

Perdas: redução de alimentos durante produção, transporte e armazenamento.

Desperdício: descarte de alimentos próprios para consumo, principalmente na comercialização e consumo.

Planejamento Alimentar Resiliente

Estratégia que integra segurança alimentar, adaptação climática e sustentabilidade, preparando os sistemas alimentares para eventos extremos.

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Grupos que possuem modos de vida próprios, relação diferenciada com o território e práticas culturais específicas de produção e consumo alimentar.

Sistemas Agroflorestais (SAFs)

Sistemas produtivos que combinam culturas agrícolas, espécies florestais e, às vezes, criação de animais, promovendo sustentabilidade e resiliência climática.

Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional

Situação em que pessoas ou famílias, independentemente da renda formal, enfrentam dificuldades de acesso, diversidade ou qualidade alimentar.

Referências citadas

1. **LEI Nº 316/2022**, de 27 de junho de 2022 (Cria os componentes municipais do

- SISAN e cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Placas e dá outras providências). Acesso em **15 set. 2025**. Disponível em: <https://placas.pa.leg.br/lei-no-316-2022-de-27-de-junho-de-2022/>
2. **LEI Nº 316/2022**, de 27 de junho de 2022 (Cria os componentes municipais do SISAN e cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de Placas e dá outras providências). Acesso em **20 set. 2025**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/lei-no-316-2022-de-27-de-junho-de-2022/>
 3. **ESTADO DO PARÁ. Prefeitura Municipal de Placas. Gabinete da Prefeita.** Lei nº 316/2022 (PDF). Acesso em **25 set. 2025**. Disponível em: https://placas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/LEI-No-316-202220220627_16311345_0050.pdf
 4. **População de Placas (PA) é de 18.668 pessoas, aponta o Censo do IBGE.** G1 – Globo. Acesso em **02 out. 2025**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/06/28/populacao-de-placas-pa-e-de-18-668-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>
 5. **Secretaria Municipal de Agricultura – Prefeitura Municipal de Placas | Gestão 2025–2028.** Acesso em **08 out. 2025**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/portal-da-transparencia/estrutura-organizacional/secretaria-municipal-de-agricultura/>
 6. **Secretaria Municipal de Infraestrutura – Prefeitura Municipal de Placas | Gestão 2025–2028.** Acesso em **10 out. 2025**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/portal-da-transparencia/estrutura-organizacional/secretaria-municipal-de-infraestrutura/>
 7. **IBGE. Biblioteca.** Acesso em **15 out. 2025**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34672&view=detalhes>
 8. **Sinopse histórica do Município de Placas – Pará.** Acesso em **20 out. 2025**. Disponível em: <http://placas.pa.leg.br/wp-content/uploads/2013/08/HISTORIA-DE-PLACAS.pdf>

9. **IBGE. Placas (PA) | Cidades e Estados.** Acesso em **28 out. 2025**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/placas.html>
10. **Classificação dos municípios por Tipologia Rural-Urbana.** IBGE. Acesso em **05 nov. 2025**. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/esus/classificacao_municipios_tipologia_rural.pdf
11. **IBGE. Cidades@ | Pará | Placas | Panorama Censo 2022.** Acesso em **10 nov. 2025**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/placas/pesquisa/10105/328261>
12. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Informe Bolsa Família nº 62/2024. Acesso em **18 nov. 2025**. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Informes/2024/Informe_Bolsa_Familia_N_62.pdf
13. **Cacau em alta: Bahia volta a liderar produção nacional depois de cinco anos.** Correio 24 Horas. Acesso em **25 nov. 2025**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/cacau-em-alta-bahia-volta-a-liderar-producao-nacional-depois-de-cinco-anos-0924>
14. **Valor da produção agrícola cresceu no Pará em 2020, diz IBGE.** O Liberal. Acesso em **30 nov. 2025**. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/o-valor-da-producao-agricola-cresceu-no-para-em-2020-diz-ibge-1.437135>
15. **Família de Placas transforma produção de cacau em chocolate artesanal e marca presença no Chocolat Xingu 2025.** A Voz do Xingu. Acesso em **05 dez. 2025**. Disponível em: <https://avozdoxingu.com.br/familia-de-placas-transforma-producao-de-cacau-em-chocolate-artesanal-e-marca-presenca-no-chocolat-xingu-2025/>
16. **Pará fecha 2023 como líder absoluto na produção de açaí e dendê, além de outras culturas agrícolas.** Agência Pará. Acesso em **10 dez. 2025**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/50282/para-fecha-2023-como-lider-absoluto->

[na-producao-de-acai-e-dende-alem-de-mais-tres-importantes-culturas-agricolas](#)

17. **Cacau e chocolate de origem do Pará chamam atenção do público em festival internacional.** Agência Pará. Acesso em **15 dez. 2025**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/52426/cacau-e-chocolate-de-origem-do-para-chamam-atencao-do-publico-de-festival-internacional-em-salvador>
18. **Feira do Produtor e Mercado Municipal já funciona em novo endereço.** Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás – PA. Acesso em **20 dez. 2025**. Disponível em: <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/novo/feira-do-produtor-e-mercado-municipal-ja-funciona-em-novo-endereco-saiba-mais/>
19. **Prefeitura de Mojuí dos Campos inaugura a 1ª Feira Municipal do Produtor Rural.** Acesso em **27 dez. 2025**. Disponível em: <https://www.mojuidoscampos.pa.gov.br/informa/1361/prefeitura-de-moju-dos-campos-inaugura-a-1-feira-m>
20. **Semas realiza primeira feira da agricultura familiar de 2021.** Acesso em **02 jan. 2026**. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2021/02/26/semas-realiza-primeira-feira-da-agricultura-familiar-de-2021/>
21. **Plano Municipal de Saúde de Placas – PA (2022–2025).** Acesso em **05 jan. 2026**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/2022-2025.pdf>
22. **Placas – PA. Infosanbas.** Acesso em **08 jan. 2026**. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/placas-pa/>
23. **LEI Nº 289/2021**, de 23 de abril de 2021 (Dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Placas e dá outras providências). Acesso em **10 jan. 2026**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/lei-no-289-2021-de-23-de-abril-de-2021-dispoe-sobre-a-criacao-do-plano-municipal-de-saneamento-basico-para-o-municipio-de-placas-e-da-outras-providencias/>
24. **Memorial Descritivo – Implantação de Sistema de Abastecimento de Água Rural no Município de Placas/PA.** Acesso em **12 jan. 2026**. Disponível em:

https://placas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/MEMORIAL_SAA.pdf

25. **Parecer – Chamada Pública nº 001/2023 – Merenda Escolar.** Prefeitura Municipal de Placas. Acesso em **14 jan. 2026**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/chamada-publica-no-001-2023/parecer-chamada-publica-001-2023-merenda-escolar/>
26. **Chamada Pública nº 007/2023 – Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.** Prefeitura Municipal de Placas. Acesso em **14 jan. 2026**. Disponível em: <https://placas.pa.gov.br/chamada-publica-no-007-2023/>
27. **Seduc inicia chamada pública para aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.** Secretaria de Estado de Educação do Pará. Acesso em **14 jan. 2026**. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13010-seduc-inicia-chamada-publica-para-aquisicao-de-alimentos-produzidos-pela-agricultura-familiar>
28. **Realizar adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).** Portal Gov.br. Acesso em **14 jan. 2026**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/aderir-ao-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>
29. **ADESAN – Sistema de Adesão ao SISAN.** Acesso em **14 jan. 2026**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/adesan/index.php>
30. **Manual de orientação para adesão dos municípios ao SISAN.** Portal Gov.br. Acesso em **14 jan. 2026**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan/ManualdeorientaoparaadesosdosmunicpisaoSisan.pdf>



Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Placas

PREFEITURA DE
PLACAS
GOVERNO DO POVO!

CAISAN
CÂMARA INTERMINISTERIAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SISAN
SISTEMA NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL